Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
FCJS - Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais
Curso de Relações Internacionais
Disciplina: Monografia Acadêmica
Professor Orientador: Juliana Melo
Área: Cooperação Internacional

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
Uma análise sobre o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL).

Kaio Kepler Johhan Ribeiro Silva de Araújo
Matrícula: 20531473

Brasília-DF

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

DEZEMBRO de 2007

Kaio Kepler Johhan Ribeiro Silva de Araújo

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
Uma análise sobre o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL).

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Professor Orientador: Juliana Gonçalves Melo
BRASÍLIA/DF, Dezembro de 2007

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

KAIO KEPLER JOHHAN RIBEIRO SILVA DE ARAÚJO

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
Uma análise sobre o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL).

Banca Examinadora:

_____
Professora: Juliana Gonçalves Melo
(Orientadora)

_____
Professor: Guilherme Assis de Almeida
(Membro)

_____
Professora: Renata de Melo Rosa
(Membro)

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

Brasília/DF, dezembro de 2007.

Dedico esse trabalho, primeiramente à minha mãe que sempre me apoiou e esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Obrigado pela força que você me transmite.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

AGRADECIMENTOS

A Deus que sei que está comigo em todos os momentos desta caminhada.

Ao Centro Universitário de Brasília, pela oportunidade da formação Acadêmica através do Curso Relações Internacionais.

Aos professores do UNICEUB pelos conhecimentos proporcionados.

Em especial, à Profª Juliana Melo, pela orientação deste trabalho.

Aos colegas do Curso pelo companheirismo e troca de experiências, muito especialmente, à Cássia Saldanha e Carla Machado, que sempre me incentivou diante das mazelas no caminho.

À minha amiga Antônia Rodrigues pelo apoio e incentivo na entrada da Graduação.

À Deuscreide, Juliana Sellani e Elisabeth, pela dedicação e disponibilidade em todos os momentos necessários neste trabalho.

A todos que de alguma forma contribuíram para tornar possível este trabalho.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

RESUMO

O desenvolvimento sustentável é uma necessidade premente na Amazônia em função da importância global de seus atributos naturais, das condições de vida das populações locais e da grande degradação ambiental que tem sofrido. Este estudo procurou analisar a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, utilizando-se, da experiência de um projeto em parceira com o governo brasileiro e alemão através do projeto PPTAL que tem como objetivo central contribuir para o processo de manejo sustentável das terras indígenas da Amazônia Legal.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CPC – Comissão Paritária Consultiva
CPD – Comissão Paritária Deliberativa
CTI – Centro de Trabalho Indigenista
ECOSOC - Conselho Econômico e Social da ONU
FBDS - Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GTZ – Gesellschaft Tur Technische Zusammenarbeit
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDPI – Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Brasileiras
RFT - Rainforest Trustfund
SETEC – Secretaria Técnica
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....09

1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 13
Teorias e Conceitos da Cooperação Técnica Internacional 13
Cooperação para Desenvolvimento 18
Objetivos da Cooperação Técnica Internacional.....20
A Agenda 21 22
A Agenda 21 brasileira.....25
A Agenda 21 Local.....25
Fundação Brasileira para o Desenvolvimento 26
Alguns trabalhos de Cooperação Internacional mais recentes.....27
Cooperação Brasil e Alemanha 29
GTZ 30

2 UM ESTUDO DE CASO: o PPTAL 32
A Amazônia Legal – O que?.....32
PPTAL.....33
A contribuição do PPTAL.....36
Experiências e Desafios 38
Sustentabilidade.....41
Resultados 43
Impactos 44

3 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, O PPTAL E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....45

CONCLUSÃO.....57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....58
ANEXO

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre a cooperação internacional na área indígena, destacando o papel destas cooperações e os interesses dos atores públicos e privados, nacionais e internacionais. A cooperação internacional fornece caminhos para desenvolver políticas e ações entre os atores que participam de negociações ou acordos bilaterais e multilaterais.

A monografia pretende analisar a cooperação que marca o envolvimento do Banco Mundial na execução e no acompanhamento do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL). Além da sustentabilidade das terras indígenas e da promoção de ações de vigilância, o Projeto PPTAL inovou o tradicional conceito de proteção dos limites das terras indígenas e incentivou o processo de conscientização territorial assegurando a plena participação indígena nos processos de regularização fundiária. Com os estudos etnoecológicos, valorizou os conhecimentos locais indígenas e contribuiu para o processo de gestão sustentável de suas terras. É sobre esse universo - também alvo da cobiça internacional e da biopirataria - que essa monografia pretende refletir.

O interesse sobre essa temática relacionou-se à oportunidade que tive de participar do projeto durante o curso de Relações Internacionais como estagiário do PPTAL, conhecendo tais problemas, desvendando as intenções das relações comprometidas com o seu desenvolvimento, a intenção dessa cooperação, especialmente no que diz respeito às relações internacionais, como elas acontecem e em que nível de responsabilidade elas ocorrem.

Diante dessa experiência, decidi realizar um trabalho alho que objetivasse fazer uma discussão do assunto fundamentada em argumentos teóricos que possam informar, dar conhecimento e sustentação para uma discussão sobre essa cooperação internacional, tendo como base específica um determinado projeto: no caso, o PPTAL.

Na FUNAI, pude acessar a uma documentação heterogênea, dispersa e bastante rica. Ao ler e analisar esses documentos pude fundamentar minhas conclusões e ter um entendimento mais amplo do projeto em sua totalidade.[1]

A monografia, em termos gerais, está estruturada em 3 capítulos: (1) A Cooperação Internacional, que apresenta um breve histórico sobre o sistema de

[1] Muitos dados, documentos e relatórios foram obtidos nas pastas de projetos (arquivos do PPTAL), no banco de dados ou ainda nos arquivos existentes na unidade executora.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

cooperação, partindo das primeiras formulações até os dias atuais; (2) Um estudo de caso: o PPTAL, destacando a sua importância e os seus objetivos e (3) A Cooperação Internacional, o PPTAL e os novos movimentos sociais, que se inserem em um novo contexto nas Relações Internacionais.

Ainda que o foco seja a Cooperação Internacional, essa monografia fundamenta-se também na noção de geopolítica - uma ciência de salutar importância no início do século XX. Alguns teóricos adeptos da geografia política determinariam, naquele contexto histórico; as ações de inúmeras políticas externas e suas relações com os demais Estados. Sob nova roupagem, a geopolítica ainda é atual e determinante no ordenamento das relações internacionais, devendo ser visualizada sob suas diversas facetas. É o que pretendo demonstrar ao analisar o projeto PPTAL especificamente.

Com o surgimento de novos atores no cenário mundial; a disputa por novos espaços; o surgimento de tecnologias e a globalização, a geopolítica deve adequar-se às novas demandas. Em um mundo onde a economia é a linha mestra de atuação, discute-se se essa não passa a visualizar as estratégias dos Estados, mas principalmente dos novos atores na política internacional.

A monografia está fundamentada na teoria pluralista[2], em que os atores – não estatais - são importantes nas relações internacionais, não devendo ser ignorado a sua relevância. Para os pluralistas, o Estado não deve ser visto como um único ator. O PPTAL é bastante representativo desse modelo. Aqui temos a atuação de diferentes atores internacionais através da Cooperação Técnica internacional envolvendo diferentes Estados e atores sociais. Destaca-se a participação dos povos indígenas que vêm sido excluídos tanto no cenário nacional como internacional. Assim, o projeto se torna um exemplo de demonstração de êxito com relação à cooperação entre dois estados, organismos internacionais financeiros diferentes e a sociedade civil. Nesse sentido (Kaupii:1998) diz:

> *"Outros atores não governamentais, como organizações transnacionais, corporações multinacionais, direitos humanos e meio ambiente, também desempenham papeis importantes na política internacional"*

Partindo desse princípio, o projeto pretende mostrar que os Estados, em suas relações internacionais, necessitam definir estratégias de atuação, as quais podem

[2] No presente trabalho, as idéias do pluralismo serão utilizadas, pois servirão como base para analisar o caso da relação que se desenvolve entre a Alemanha e o Brasil através da Cooperação Internacional.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

resultar em cooperação ou discórdia. Definida como um processo de coordenação de políticas, por meio do qual os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas de outros atores, a cooperação tem sido objeto de estudo de inúmeras abordagens e teorias das Relações Internacionais.

No referencial teórico estudado, constatei que a cooperação internacional é uma unanimidade, ainda que tropece nas dificuldades de consolidação de suas ações provocadas pelas divergências, diversidades e capacidades de cada parte envolvida. No contexto brasileiro, Lafer (*apud* Marcovith, 1994:27), destaca que, é essencial a discussão de suas possibilidades de inserção internacional, levando em conta uma agenda que possui legítimas preocupações em comum da sociedade, como preservação do meio ambiente, cooperação fronteiriça e ajuda aos povos que são excluídos, no caso, os indígenas.

> *"O apego à prática do diálogo e da cooperação traduz, simultaneamente, a vocação pluralista da sociedade brasileira, o sincretismo demográfico e cultural em sua formação histórica e as próprias disparidades regionais. Esses traços explicam, à luz do sentido de abrangência e globalidade de nossos interesses externos (...)".*

No caso brasileiro, a cooperação internacional é caracterizada pela troca, sem fins lucrativos, entre dois países. A Amazônia é fonte de disputa e interesse entre cientistas e comerciantes do mundo inteiro, tendo em vista a grande diversidade cultural, a riqueza natural e biológica existente na região. O governo brasileiro não consegue sozinho apoiar institucional e financeiramente projetos de caráter preventivo, de manejo sustentável da região Amazônica e assistência à sua população. É neste sentido que o PPTAL, enquanto programa, se destaca pelos seus objetivos no caminho de ajuda à população daquela região e preservação ambiental através de políticas voltadas para o uso sustentável tendo como apoio aos projetos, a cooperação internacional.

Diante do quadro, julguei ser de suma importância analisar até que medida o papel do PPTAL é eficaz e quais as conseqüências e benefícios de suas ações perante a população. Neste contexto, tendo em vista seu o papel ativo junto às comunidades indígenas, destacarei o papel das organizações não-governamentais que vêm

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

desempenhando atividades de grande importância no país e que se inserem no novo contexto das Relações Internacionais e movimentos sociais.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Teorias e Conceitos da Cooperação Técnica Internacional

Para explorar o estudo de cooperação internacional, deve-se inicialmente analisar as principais imagens das Teorias de Relações Internacionais que tratam de Cooperação Internacional, quais sejam, o Realismo e o Institucionalismo Neoliberal[3], a partir de então, conceituar-se-á os tipos de cooperação existentes, com destaque para a Cooperação Técnica Internacional (CTI), à luz de um breve histórico da cooperação internacional conduzida pelo Brasil.

Em um conceito amplo e dinâmico de cooperação internacional, segundo Keohane[4], a cooperação ocorre quando os atores envolvidos coordenam suas políticas em relação às de outros. Ou seja, a cooperação internacional existe porque há instituições internacionais e regimes políticos que a coordenam e facilitam, característica predominante da teoria institucionalista neoliberal[5]. Assim, a política internacional é marcada pela cooperação, exatamente porque há instituições fortes e atuantes. Portanto, há uma correlação entre o grau de cooperação e a existência de instituições: quanto mais fortes e numerosas as instituições, maior a cooperação internacional.

Por seu turno, a abordagem realista acredita que a cooperação só ocorre à luz e em função dos interesses nacionais dos Estados[6]. A política internacional é marcada pelo conflito e as instituições internacionais desempenham um papel secundário. Nestes termos, a política mundial seria um processo contínuo de luta pela sobrevivência, aquisição de vantagens, e freqüentemente domínio. A teoria neoliberalista institucional somada à teoria realista compõe de acordo com as principais obras de Teoria das Relações Internacionais (TRI), a Teoria Parcial de cooperação internacional ou simplesmente Teoria da Cooperação Internacional, isto porque a conceituação de cooperação internacional é abstrata. Afinal, existem inúmeros tipos de cooperação em diversos setores. Segundo Gonzalez[7], cooperação é

[3]VIOTTI, P.; KAUPPI, M. International Relations Theory., 2. ed. New York: Macmillan, 1993.
[4]KEOHANE, R.O. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy. United States: Princeton University Press, 1984.
[5]VIOTTI, P.; KAUPPI, M. Op cit.
[6] idem
[7] GONZALEZ, G. Limites e Possibilidades de Cooperação Bilateral na Questão das Drogas.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

um conceito denso, que pode assumir significados diversos. Tem-se definido cooperação internacional como ajuste mútuo, tomada conjunta de decisão, atividade conjunta ou agregação de esforços e recursos, e ainda realização de ganhos conjuntos.

Embora estas teorias tenham visões diferentes sobre aspectos relacionados ao sistema internacional e sua organização, elas se comprometem com a cooperação de forma que exista um poder que coordene as estratégias ou interesses dos atores internacionais, sejam eles Estatais ou não[8].

Sobre este estabelecimento de poder, emergem após a segunda guerra mundial duas grandes potências, Estados Unidos e a antiga URSS, na intenção de consolidar seus ideais e seu poderio, iniciam-se as atividades de Cooperação Internacional em larga escala, principalmente na transferência de conhecimentos. As reações a esse tipo de cooperação foram vistas como forma de gerar dependência tecnológica, gerando movimentos nacionalistas como a CEPAL[9], mas o resultado posterior foi o amadurecimento da integração regional[10].

A cooperação técnica internacional (CTI) foi formalmente instituída pela Resolução nº 200, de 1948, da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Há três elementos que se destacaram, a previsão de transferência não-comercial de técnicas e conhecimentos, embora possa dar origem a um processo comercial; a existência de um desnível entre o prestador e o receptor no que se refere aos seus respectivos graus de desenvolvimento em determinada área e o último elemento é a expectativa de execução de projetos em conjunto, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas.

O Brasil absolveu a idéia de CTI em 1950, oficializada por meio da Comissão de Assistência Técnica (CMAT/MRE). Em 1959, a CTI atinge outra fase, conformando-se com a idéia de melhoria da capacidade científica e tecnológica e não apenas de caráter assistencialista. A partir de então, o Brasil realizou parcerias com a Alemanha, a França, o Reino Unido e o Japão[11].

Três aspectos centrais se destacam na história da CTI do Brasil. O primeiro foi de função social, buscando agregar mais consumidores e produtos ao mercado. A

---

na Era de Parceria Econômica. In: Política Externa Vol. 9, nº 3, Dez/Jan/Fev 2000. São Paulo: IEA (instituto de Estudos Avançados da USP).

[8] JERVIS, R. 1999: 42-63.

[9] A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros.

[10] CERVO, A.L. 1994: 37-63.

[11] Idem

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

função humanista preparou capital humano para o domínio do conhecimento inerente ao controle do processo produtivo, ao passo que a função prática buscou melhorar os níveis de conhecimento tecnológico. O segundo aspecto foi mobilizar um grande número de entidades, internas, externas, governamentais e não-governamentais, que permitiram a elevação da produtividade, aumento da produção e a posse dos conhecimentos que se faziam necessários ao desenvolvimento industrial. E a última característica é incorporada à continuidade da política externa voltada para cooperação internacional.

Os anos 80 foram caracterizados pela fase apoteótica da cooperação técnica internacional do Brasil. Os motivos que levaram a isso foram à existência de agências internas bem preparadas em termos de recursos humanos e equipamentos para cooperar; a inserção racional do tema de cooperação na política externa brasileira: a montagem de um sistema nacional articulado de gerência da cooperação internacional e adoção de uma filosofia desenvolvimentista dessa década. Portanto, elabora-se no Brasil, uma noção abrangente e complexa de cooperação internacional, a ponto de poder intercambiá-la com a noção de política exterior[12].

Nos anos 90 houve um sensível declínio da CTI conduzida pelo Brasil. As principais razões foram: a crise da dívida externa nos países em desenvolvimento; os investimentos estavam desvinculados das políticas de financiamento para tecnologia; recessão e hiperinflação que desajustaram ainda mais o quadro e o país passou a se preocupar em resolver os problemas internos e da dívida externa. A partir de então, houve uma estabilização dos movimentos de cooperação, nem retroagiram, nem expandiram muito.

Hoje, o principal órgão do Governo que trabalha com CTI é a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), desde 1987. Vem negociando, coordenando e implementando os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. Para desempenhar sua missão, a ABC se orienta pela política externa do MRE e pelas prioridades nacionais de desenvolvimento, definidas nos planos e programas setoriais de Governo[13].

---

[12] Ibidem

[13] ABC/MRE. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <www.abc.mre.gov.br>. Acesso em 20/05/2007.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

O conceito de CTI segundo a ABC, consolida a idéia da relação de acarretar, para ambos os lados, o compartilhamento de esforços e benefícios. As iniciativas propostas são avaliadas à luz do impacto e do alcance sobre as comunidades receptoras. Esse procedimento implica aprimorar mecanismos de negociação, avaliação e gestão dos projetos, a fim de enquadrá-los às prioridades nacionais. Portanto, a CTI constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos seus sistemas produtivos, como forma de superar restrições que tolhem seu natural crescimento. Os programas implementados sob sua égide permitem transferir conhecimentos, experiências de sucesso e sofisticados equipamentos, contribuindo assim para capacitar recursos humanos e fortalecer instituições e atos do país receptor, a possibilitar-lhe salto qualitativo de caráter duradouro.

É importante lembrar que a ABC trabalha em estreita articulação com outros órgãos, como o Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT) do MRE, Secretaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN), Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento, Assessoria de Assuntos Internacionais (AAI), Embrapa e outros.

A cooperação no Brasil é desenvolvida segundo duas vertentes: a cooperação horizontal e a cooperação recebida do exterior. A cooperação horizontal refere-se à cooperação técnica implementada pelo Brasil com outros países em desenvolvimento, por meio da qual é promovido o adensamento de suas relações e o estreitamento dos seus laços políticos e econômicos. A cooperação recebida do exterior abrange as cooperações técnica bilateral e multilateral, e busca a absorção de conhecimentos técnicos disponibilizados por organismos internacionais e por países mais desenvolvidos, dentro da ótica de aceleração do processo de desenvolvimento nacional.

Qualquer iniciativa de cooperação técnica, programa, projeto, atividade, evento ou missão, somente pode ser materializada se respaldada por acordo internacional entre o Governo brasileiro e um organismo internacional ao qual se solicite a cooperação. Esses instrumentos recebem a denominação de "Acordos Básicos de Cooperação Técnica". Em vista desse pré-requisito formal, a primeira providência a ser tomada antes de se proceder à análise de uma proposta de projeto é verificar se o

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

Governo brasileiro conta com um Acordo Básico de Cooperação Técnica com o organismo internacional identificado para prestar a cooperação pretendida, em caso positivo procede-se ao Projeto de Cooperação Técnica (PCT).[14]

Embora nem todo o tipo de cooperação tenha caráter técnico, o instrumento básico para formulação de um pedido de cooperação técnica é o Projeto de Cooperação Técnica (PCT). O PCT deverá conter todas as informações necessárias sobre o escopo do trabalho que se pretende desenvolver, iniciando-se pela correta identificação do problema que motivou sua concepção, além das estratégias, objetivos e resultados que delimitarão sua futura execução. Portanto, deverão ser apresentadas e descritas detalhadamente no PCT, o objetivo, a justificativa, isto é, a importância e a necessidade de sua implementação e os recursos exigidos para a execução. Adicionalmente, o PCT deve apresentar o plano de trabalho elaborado; os dados que especifiquem claramente a cooperação técnica proposta e as informações sobre a instituição executora e os recursos que a mesma alocará para a execução do projeto.[15]

Uma das principais preocupações que uma instituição executora de projeto deve ter em mente é com a sustentabilidade dos produtos gerados pela cooperação. Obtém-se a sustentabilidade por meio de uma atenção constante com a qualidade da estratégia formulada; a correta identificação dos resultados a serem alcançados; a gerência eficiente do plano de trabalho; e, por fim, a seleção apropriada dos insumos necessários.

Em termos operacionais, um projeto de CTI desenvolve um conjunto de atividades integradas que visam alcançar, por intermédio da mobilização e capacitação de recursos humanos (consultorias, assistência técnica, treinamentos) e físicos (equipamentos, material didático, sistemas informatizados, etc.), objetivos e resultados que conduzam a um salto técnico qualitativo e estruturalmente sustentado do beneficiário nacional da cooperação, assegurando, impactos positivos nos campos sócio-econômico e ambiental, em benefício do público-alvo que a instituição receptora da cooperação tem a missão de representar ou atender.

Assim, por meio da CTI, os beneficiários têm acesso a tecnologias, experiências, conhecimentos e capacitação disponíveis no exterior, os quais, uma vez

---

[14] MRE/ABC. *Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica Internacional multilateral e bilateral*. 2ª ed. – Brasília, 2004.
[15] MRE/ABC. *Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT)*. Manual de Orientação - 2ª ed. Brasília, 2004.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

incorporados, podem contribuir para o desenvolvimento do país nos seguintes aspectos: aperfeiçoamento de seus quadros profissionais e de sua infra-estrutura técnica; aprimoramento de seus processos internos; elaboração e implementação de planos e estratégias de ação com maior qualidade. Destacam-se também: melhores serviços prestados à sociedade, melhor gestão no desenvolvimento de programas públicos ou privados de interesse nacional, desenvolvimento tecnológico do país, melhoria dos indicadores sociais, econômicos, ambientais e promoção da cidadania, dentre outros avanços.

Diante do exposto, percebe-se que são muitos os ganhos derivados das cooperações internacionais, desde que haja no início um entendimento dos objetivos e das necessidades e prioridades locais, além de um monitoramento e avaliação constante dos resultados sendo obtidos. Na próxima seção, será abordada a cooperação internacional em ciência e tecnologia, realçando o papel das agências de cooperação internacional e fazendo um parêntese sobre pesquisa básica e pesquisa aplicada, para constituição de um programa ou projeto de cooperação.

Cooperação para o Desenvolvimento

Da mesma forma que o conceito de Desenvolvimento evolui no decorrer da história, o termo Cooperação para o Desenvolvimento também seguiu as necessidades conceituais de cada época.

O período pós-Segunda Guerra Mundial marca uma nova fase nas questões de cooperação e de desenvolvimento. Nessa fase os Estados buscavam melhoria das condições da população. Nos anos 50 e 60 o desenvolvimento estava designado com base na perspectiva de crescimento econômico, modernização, acumulação de capital, ou seja, em aspectos econômicos. Além disso, o keynesianismo[16] se sobressaía, defendendo o papel central do Estado e sua importância na interferência em questões relevantes, especialmente a comercial. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento tinha

[16] Keynesianismo é a teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (General theory of employment, interest and money) que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Tais teorias tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

como principal ação a injeção de recursos externos objetivando o crescimento econômico do país.

No período da Guerra Fria, os Estados Unidos se comprometeram a transferir recursos a Estados menos desenvolvidos com o intuito de assegurar aliados. Até então as relações de cooperação eram entendidas não como uma relação de parceria e igualdade, mas de voluntarismo e generosidade dos doadores e obrigatoriedade dos receptores. (Fernandes, 2004).

Nos anos 70, impulsionados pelas crises econômicas internacionais, a atenção se volta para problemas estruturais da África e as questões da dívida externa na América Latina. Nesse contexto o FMI cria políticas de ajustamento estrutural e aumentam a importância da participação da sociedade civil em preocupações referentes ao aumento das desigualdades e da pobreza, questões editadas em Relatórios do Banco Mundial nos quais apresentam novos indicadores do desenvolvimento.

Nesse período as políticas de desenvolvimento eram limitadas pelas questões econômicas, como as propostas do FMI que se limitavam a políticas econômicas restritivas que negligenciavam a questão social:

> *"[...] o fenômeno da globalização e as correntes neoliberais defendem o crescimento econômico e a sua expansão como uma das receitas para o desenvolvimento e luta contra a pobreza. Contudo, as realidades são bem mais complexas e as receitas não tiveram o sucesso esperado. As desigualdades agudizaram-se e os métodos do FMI foram largamente criticados. (FERNANDES, 2004: 02)".*

Na década de 80 vem se traduzindo uma idéia cada vez mais forte da complexidade da questão de desenvolvimento, retratada nos indicativos e na observação de uma realidade cada vez mais multidimensional. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) crescem em número e sua participação se torna mais atuante que em tempos anteriores, servindo justamente para evidenciar a complexidade do quadro.

Nos anos 90, com o fim da Guerra Fria, aparecem novas áreas de atuação, ente elas a reconstrução de regiões pós-conflito. A crescente demanda de desenvolvimento das regiões afetadas por conflito exige maior eficácia e eficiência nas atuações, requerendo reformas no sistema, instrumentos e agências de cooperação para a melhor utilização dos recursos escassos. Percebe-se a fundamental importância do envolvimento dos países receptores para a melhoria da eficiência das políticas de

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

auxílio. Entretanto a relação dos doadores e receptores coloca-os, nesta época, em uma perspectiva hierárquica, havendo um comprometimento dos receptores de ajuda aos doadores baseado numa relação de força.

Nessa década também se observa a crescente substituição de Ajuda Pública ao Desenvolvimento por fluxos financeiros, especialmente de investimento direto estrangeiro. Assim, os países desenvolvidos se beneficiariam do fortalecimento das suas empresas pela promoção de filiais nos países menos desenvolvidos nos quais, em geral, possuíam mão-de-obra mais barata e recursos em mais abundância.

Nos últimos anos têm se fortalecido estratégias de trabalho conjunto objetivando a redução da pobreza. Introduz-se o Índice de Pobreza Humana (IPH) como importante meio de análise da pobreza. Surgem com mais força conceitos como Desenvolvimento Humano, Luta contra a Pobreza e Promoção da Cidadania. Os objetivos passaram a ser a do aumento da capacidade das pessoas, especialmente pela defesa de direitos sociais (direitos humanos, direitos sociais e culturais), políticos (participação e democracia) e econômicos (redução das desigualdades). Políticas de desenvolvimento começam a priorizar a valorização dos recursos humanos:

> *"Parte-se do princípio que a riqueza das nações são as pessoas e que o objetivo fundamental do desenvolvimento é proporcionar-lhes condições de vida, saudável, longa, no pleno desenvolvimento das suas capacidades. A pobreza passa também a ser encarada como a recusa das oportunidades, a recusa de acesso e não apenas a ser medida pelo PNB. (FERNANDES, 2004:03)".*

A Cooperação para o Desenvolvimento abarca várias áreas de atuação, entre elas estão Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Comunitário, Capacitação, Micro-Crédito, Desenvolvimento Rural, Segurança Alimentar, Saúde, Educação para o Desenvolvimento, Educação formal, Formação técnica, Saneamento básico e melhoria ou reabilitação de habitat, Cooperação Descentralizada, Gênero, Direitos Humanos, Participação e cidadania, Responsabilidade Social das Empresas, Estudos e Investigação. (Fernandes, 2004).

Objetivos da Cooperação Técnica Internacional

Uma ação de Cooperação Técnica Internacional (CTI), uma das vertentes da Cooperação para o Desenvolvimento, pode ser caracterizada como uma intervenção

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

temporária a promover mudanças qualitativas e/ou estrututais[17] em um dado contexto socioeconômico, seja para sanar ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, seja para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento. A materialização dessas mudanças ocorre por meio de desenvolvimento de capacidades técnicas de instituições ou indivíduos. Essa capacitação, por sua vez, poderá estar direcionada à apropriação de conhecimentos por segmentos da população e ao aperfeiçoamento da ação finalística de instituições públicas e privadas, bem como a intervenções de desenvolvimento em áreas geográficas pré-determinadas. Por meio da CTI, os beneficiários têm acesso a tecnologias, experiências, conhecimentos e capacitação disponíveis no exterior, os quais, conjugados com as capacidades técnicas locais, contribuirão para o desenvolvimento do país.

O Governo brasileiro realiza periodicamente com cada país parceiro, reuniões intergovernamentais[18] onde se definem as prioridades e linhas de atuação dos programas de cooperação técnica. Essa definição é realizada a partir das prioridades de desenvolvimento do país, expressas em políticas e planos como o Plano Plurianual e as políticas governamentais setoriais. Os países parceiros também definem suas prioridades, emanadas de suas próprias políticas de cooperação para o desenvolvimento, bem como de suas excelências, elemento fundamental do processo de cooperação.

Um mundo sem pobreza, conflitos violentos e destruição ambiental – o objetivo das políticas de cooperação para o desenvolvimento é chegar mais perto deste ideal. Um dos principais desafios é a preservação das bases para a sobrevivência das gerações atuais e futuras. Na declaração do Milênio[19] (2000), a Comunidade das Nações assumiu o firme compromisso de cuidar desta tarefa e a Alemanha também está contribuindo para este fim. As áreas de atuação programática para a política internacional se influenciam mutuamente:

- Paz, segurança e desarmamento;
- Desenvolvimento e combate à pobreza;
- Proteção do Meio Ambiente comum;

[17] Exemplos de tais mudanças seriam a capacitação necessária para a formulação de políticas públicas de maior efetividade, a expansão e diversificação da produção econômica do país, a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano e o uso sustentado dos recursos naturais.
[18] Anualmente, a cada dois anos, ou outro período acordado entre as partes.
[19] A declaração do Milênio foi lançada no ano de 2000, durante a cúpula das Nações Unidas, em Nova York. Ela define áreas de atuação programática para a política internacional.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

- Direitos Humanos, democracia e boa governança.

Com base nesta declaração, posteriormente foram formuladas oito metas de desenvolvimento internacional até 2015 – os objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) – com as quais a Comunidade das Nações acordou:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer Parceria Mundial para o desenvolvimento.

A Agenda 21

Diante dessas novas perspectivas, surge a Agenda 21 - um programa que foi pensado e aprovado na Conferência das ações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), em junho de 1992, no Rio de Janeiro. Tinha a pretensão de constituir-se em um programa a ser implementando no decorrer do século XXI pelos governos, com a participação de ONGs e diversas instituições da sociedade civil, com o apoio das Nações Unidas e todas as demais instituições multilaterais e nacionais envolvidas nas ações de promover políticas de melhoramento dos ecossistemas degradados, assim como promover políticas que diminuíssem os rastros de pobreza. De acordo com dados extraídos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, os seguintes acontecimentos culminaram com a Agenda 21 e mobilização da comunidade internacional para o tema:

> *"1) A Declaração de Estocolmo (1972), aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que, pela primeira vez, introduziu na agenda política internacional a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais.*

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

2) A publicação do documento "A Estratégia Mundial para a Conservação" (Nova York, 1980), elaborado sob o patrocínio e supervisão do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e do Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF). Esse documento explora, basicamente, as interfaces entre conservação de espécies e ecossistemas e entre manutenção da vida no planeta e a preservação da diversidade biológica, introduzindo pela primeira vez o conceito de "desenvolvimento sustentável".

3) O "Nosso Futuro Comum", documento publicado em 1982 e mais conhecido como "Relatório Brundtland", elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas e presidida por Gro Brundtland, primeira-ministra da Noruega. O relatório Brundtland consolida uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e mimetizado pelas nações em desenvolvimento, ressaltando a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo vigentes nos primeiros e o uso racional dos recursos naturais e a capacidade de suporte dos ecossistemas. Conceitua como sustentável o modelo de desenvolvimento que "atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades". A partir de sua publicação, o "Nosso Futuro Comum" tornou-se referência mundial para a elaboração de estratégias e políticas de desenvolvimento eco-compatíveis.

4) A resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas (dezembro de 1989), solicitando a organização de uma reunião mundial (CNUMAD - Rio 92) para elaborar estratégias objetivando deter e reverter os processos de degradação ambiental e promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente racional. A Agenda 21 foi elaborada como resposta à referida resolução (...) A aceitação do formato e conteúdo da Agenda - aprovada por todos os países presentes à Rio 92 propiciou a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), vinculada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc). A CDS tem por objetivo acompanhar e cooperar com os países na elaboração e implementação das agendas nacionais, e vários países já iniciaram a elaboração de suas agendas nacionais. Dentre os de maior expressão política e econômica, somente a China terminou o processo de elaboração e iniciou a etapa de implementação[20]."

Nesse contexto, conforme tratarei adiante, demonstrarei como o Brasil se posiciona e toma decisões para promover o desenvolvimento proposto pela Agenda 21, incluindo todos os setores. Posteriormente, dedico-me às ações voltadas para promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia, já que esta é fonte maior de preocupação

[20] Texto Agenda 21 - Antecedentes. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/agenda21/anteced/index.htm>. Acessado em 14/10/2007.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

da comunidade internacional e do próprio PPTAL, por ser uma região onde se pode encontrar uma biodiversidade não totalmente explorada, que precisa ser preservada.

Diga-se de passagem, a Agenda 21 foi à chamada com um roteiro para que os governos viabilizassem suas políticas de desenvolvimento sustentável. O Brasil, peça importante desse contexto, no âmbito de suas instituições governamentais, tem se esforçado para implementação de políticas públicas para essa questão. Ao analisar o contexto atual e as gestões do Ministério do Meio Ambiente, percebe-se a tendência de aliar-se com as organizações não governamentais em suas iniciativas de projetos. Observe-se também a diretriz do Ministério do Meio Ambiente em seu Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)[21], em funcionamento desde junho de 2000 e que em seu preâmbulo diz:

> *"A sobrevivência das organizações públicas ou privadas estará assentada - sem a menor dúvida - na nossa capacidade de atualizar o seu modelo de gestão, adequando-o ao contexto da sustentabilidade (...) muitas organizações e instituições governamentais ou não-governamentais têm construído agendas ambientais e agendas 21. Nesse processo, pensar sobre o meio ambiente e suas interfaces equivale a desenvolver um plano de ações que contemple as possibilidades de execução de cada instituição. Na avaliação das implicações ambientais, não se pode esquecer que o homem é o integrante diferencial do meio ambiente - que, na prática é um todo formado por partes igualmente complexas, geralmente frágeis e passivas. Numa perspectiva mais ampla, à A3P soma-se a toda instituição que já se moveu no sentido de que é preciso repensar sua posição diante das ações que vem sendo realizadas antecipadamente pela iniciativa privada. Antes de desencadear uma ação dessa natureza, é preciso que seja estabelecido um processo metodológico básico, contínuo, capaz de orientar as etapas, desde a sua concepção até a implementação das ações e sua manutenção. Conheça como o Ministério do Meio Ambiente - MMA vem construindo a sua Agenda Ambiental, visando a melhoria das relações com o ambiente, em suas atividades diárias, e das relações interpessoais entre os servidores".*

Sobre o assunto, Novaes[22] argumenta:

---

[21] Texto: Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sds/index.cfm>. Acesso em 14/10/2007.

[22] Secretário Executivo do Instituto de Gestão Ambiental (IGA) e consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), junto ao Ministério do Meio Ambiente para a elaboração da Agenda 21 brasileira, Texto Agenda 21 - Apresentação. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/agenda21/apresent/index.htm>. Acesso em 13/09/2007.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

> *"[...] os governos locais têm se mostrado muito mais sensibilizados e ativos do que o governo federal na elaboração da Agenda 21 e na incorporação dos princípios da sustentabilidade às políticas públicas, programas, projetos e até mesmo aos padrões de consumo e comportamento [...]".*

Agenda 21 Brasileira[23]

Como forma de viabilizar esses projetos, o governo brasileiro criou a Agenda 21 brasileira e a agenda local conforme poderemos observar. Os objetivos da Agenda 21 brasileira são:

> *"Implementar as ações prioritárias definidas na Agenda 21 Brasileira é um grande desafio para governo e sociedade, pois visa incorporar na formulação de políticas públicas nacionais as propostas pactuadas com os diferentes segmentos sociais, durante o processo de elaboração da Agenda 21, que teve como base os princípios do desenvolvimento sustentável. A definição e o estabelecimento de metodologia para a execução dessas ações são fundamentalmente realizados pela parceria governo e sociedade, por meio da:*
> *- estruturação e fornecimento de subsídios técnicos e administrativos a CPDS;*
> *- implementação do Sistema Nacional da Agenda 21;*
> *- definição dos meios de implementação e monitoramento das ações prioritárias;*
> *- promoção e integração de políticas e instrumentos para o desenvolvimento sustentável;*
> *- definição de estratégias para o atendimento dos programas prioritários do governo;*
> *- realização e divulgação de levantamento de boas práticas para o desenvolvimento sustentável;*
> *- elaboração de um programa de divulgação da Agenda 21;*
> *- promoção e monitoramento da inclusão das propostas da Agenda 21 Brasileira nos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável;*
> *- definição de indicadores para o acompanhamento do processo de implementação da Agenda 21;*
> *- revisão da Agenda 21 através de novas consultas à população".*

Agenda 21 Local

A Agenda 21, por sua vez, é complementada pela Agenda 21 Local, conforme veremos:

> *"A Agenda 21 Local é um instrumento de planejamento de políticas públicas que envolvem tanto a sociedade civil e o governo em um*

[23] Texto: Agenda 21 brasileira. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=18&id_conteudo=908>. Acesso em 13/09/2007.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

> *processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais e o debate sobre soluções para esses problemas através da identificação e implementação de ações concretas que visem o desenvolvimento sustentável local".*

Para o governo brasileiro, a construção da Agenda 21 Local vem ao encontro da necessidade de se construir instrumentos de gestão e planejamento para o desenvolvimento sustentável. O processo de Agenda 21 Local pode começar tanto por iniciativa do poder público quanto da sociedade civil. De fato, a Agenda 21 Local serve como sendo um processo e documento de referência para Planos Diretores e orçamento municipais, entre outros, podendo também ser desenvolvida por comunidades rurais, e em diferentes territorialidades, em bairros, áreas protegidas, bacias hidrográficas e etc. O ponto de partida é a formação de um grupo de trabalho composto por representantes da sociedade e governo (no caso de um município ou determinada territorialidade), podendo ter a liderança de qualquer segmento da comunidade (governo, ONG, instituição de ensino, por exemplo). As atribuições desse grupo devem envolver desde a mobilização e a difusão dos conceitos e pressupostos da Agenda 21, até a elaboração de uma matriz para a consulta à população sobre problemas enfrentados e possíveis soluções, incluindo o estabelecimento de ações sustentáveis prioritárias a serem implementadas no processo de construção da Agenda 21 Local.

Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)

Na outra ponta de atores não estatais, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)[24] foi instituída em 1992 com a finalidade de dar curso e pôr em prática as decisões tomadas nas Convenções e Tratados aprovados na ECO'92. A FBDS tem uma estreita relação com a comunidade científica, entidades afins nacionais e internacionais. Sua linha de ação é pautada na viabilização de projetos de desenvolvimento sustentável que *"concilia conhecimento técnico-científico com capacidade gerencial"*.

[24] Texto: FBDS - Um diferencial na abordagem do desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.fbds.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=1>. Acessado em 23/08/2007.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

A FBDS tem sede na cidade do Rio de janeiro e atua amplamente em quase todo o território nacional. Teve como primeiro desafio, em 1994, a execução do "Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal", em parceria com o IBGE e sob contrato da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Depois disso formulou muitos outros projetos para atender grandes empresas que estão atentas às adequações exigidas pelas políticas de controle ambiental que visam a preservação do meio ambiente, como a Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Energética de São Paulo (CESP), Klabin, Suzano, Votorantim e SABESP, entre outros, além de diversos órgãos do setor público nos níveis federal, estadual e municipal.

A FBDS é uma referência também junto às Nações Unidas, Banco Mundial e outras instituições públicas e privadas internacionais sobre consultas técnicas que acompanham a implementação de projetos sob as normas da Convenção do Clima.

Alguns trabalhos de Cooperação Internacional mais recentes

Com a intenção de promover o desenvolvimento da Amazônia, alguns países têm mantido relações com o Brasil e ajudado o nosso país a abrir caminhos e buscar meios, e também com instituições públicas, para trabalharem experiências com o uso de recursos naturais e que possam vir alcançar êxitos nessa empreitada. Além da cooperação internacional e do envolvimento das instituições públicas, está à frente desse desafio a sociedade civil organizada e de algumas empresas privadas que num conjunto de forças canalizam, com o conhecimento técnico-científico que possuem, as experiências do cotidiano das comunidades da região envolvidas nesse processo de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a Universidade Federal do Pará lança-se à frente desse trabalho que considera vital para o desenvolvimento da Amazônia, criando vários departamentos, núcleos, programas e projetos para discutir com a sociedade não só amazônica, mas com a internacional, a fim de viabilizar formas de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Assim, segundo o Secretário do Ministério do Meio Ambiente, Amorim Viana, um dos representantes do Brasil no encontro internacional em Berlim, em 06 de

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

setembro de 2005, em entrevista a Fernando Scheller[25], a cooperação internacional que mais tem investido em projetos brasileiros de sustentabilidade é entre o Brasil e a Alemanha que é muito forte, pois entre os países do G7[26] a Alemanha foi o que mais contribuiu para projetos de proteção ambiental no Brasil, especialmente no que se refere à Amazônia e à Mata Atlântica.

A Alemanha é o principal contribuinte do Projeto Piloto para a Proteção das Florestas Ambientais, apelidado de PPG7. Na ECO-92, os países mais ricos do mundo prometeram ajuda financeira para a promoção de atividades sustentáveis, para ajudar seringueiros, catadores de côco, indígenas, pescadores, entre outros grupos de pessoas que precisavam de vigilância e auxílio ambiental em suas atividades econômicas. Nos últimos 13 anos, foram repassados cerca de 300 milhões de dólares, apenas uma parte do valor prometido. A maior parte desses recursos financeiros veio da Alemanha.

Outro país que amplia a cooperação no Brasil é o Japão que através das discussões ocorridas no *workshop* "Projeto de Pesquisas Florestais da Amazônia Brasileira" (Projeto Jacarandá) realizado em maio de 2005, no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus (AM) tem por objetivo ampliar a cooperação técnica entre os governos do Brasil e do Japão. Em um outro projeto "Alianças em Defesa da Vida" busca construir parcerias com um único objetivo: contribuir para a melhoria da qualidade de vida, visando o desenvolvimento global.

O Japão oferece cooperação técnico-científica e apoio financeiro para os projetos de desenvolvimento, procurando envolver a população das comunidades regionais para o auto-sustento, para que sobrevivam de maneira menos degradante, tornando-se também atores sociais nesse grande embate de promover a Amazônia como o maior bem para a sobrevivência do planeta. Neste sentido, a cooperação internacional tem contribuído para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

---

[25] Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1702203,00.html>. Acesso em 14/10/2007.

[26] Atualmente conhecido como Grupo dos Oito, antigo G7 mais conhecido como G8, é um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo, mais a Rússia. Todos os países se dizem nações democráticas: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá (antigo G7), mais a Rússia - esta última não participando de todas as reuniões do grupo.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

Cooperação Brasil e Alemanha

Já desde meados da década de 1990, o principal foco da Cooperação Brasil-Alemanha para o desenvolvimento vem sendo a proteção das florestas tropicais. As florestas na Amazônia e na Mata Atlântica abrigam tesouros ímpares. O Brasil, juntamente com os seus parceiros internacionais, entre os quais a Alemanha se destaca, assumiu tarefa de deter a destruição de recursos naturais; de reduzir o impacto sobre o clima mundial e de preservar a diversidade biológica. Por meio do programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, estabeleceu-se uma parceria que visa responder a estes desafios globais.

Ao longo dos últimos 12 anos, a cooperação entre a Alemanha e o Governo Brasileiro - que agora completa quatro décadas de ininterrupta atividade - permitiu consolidar uma importante parceria na área de meio ambiente, para o desenvolvimento de projetos que visam o bem-estar das populações locais e o uso sustentável das florestas na Amazônia e na Mata Atlântica. Nesse período, as ações que envolveram gestores públicos, comunidades indígenas, populações tradicionais, sociedade civil, setor privado e comunidade científica forjaram experiências e produziram lições que hoje subsidiam a formulação de políticas públicas na área ambiental.

Sozinha, a Alemanha contribui com cerca de US$ 76 milhões dos US$ 218 milhões de doações externas previstos para o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, programa criado em resposta aos alarmantes indicadores de destruição ambiental na década de 80 e que hoje apóia centenas de projetos na Amazônia e na Mata Atlântica.

Muitos são os impactos positivos dessa cooperação sobre o meio ambiente brasileiro conforme veremos. Vários projetos dão origem a uma percepção diferenciada que coloca em um novo patamar a discussão sobre os usos das florestas tropicais brasileiras. Mas tudo isso ainda é pouco quando se trata de definir formas de proteger as florestas e utilizá-las de maneira sustentável, quando se trata da proteção e conservação dos recursos naturais, do fortalecimento institucional de instâncias governamentais e não-governamentais, do apoio à organização social para a gestão ambiental e da pesquisa científica orientada para o desenvolvimento sustentável.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

A cooperação entre a Alemanha e Brasil é um exemplo da forma como podem ser conduzidas as relações entre países do Norte e do Sul, com interesses comuns sendo tratados de maneira prioritária, segundo a capacidade de cada nação.

A República Federal da Alemanha tem se destacado como o maior contribuinte do Programa Piloto, tanto em termos de montante de recursos de cooperação financeira, quanto pelas iniciativas de cooperação técnicas executadas. A cooperação entre o Brasil e a Alemanha no âmbito do Programa Piloto é um exemplo de política de desenvolvimento e uma resposta a um desafio global (MMA, 2006:15).

A cooperação financeira é um apoio para investimentos enquanto a cooperação técnica apóia transferência de conhecimento por meio de assessorias e estudos. Apesar de chamada cooperação financeira, o apoio do RFT caracteriza-se mais como cooperação técnica. Custeia o mesmo tipo de atividades, consultorias, estudos, monitoramento e avaliação, além de usar instrumentos similares aos da GTZ para planejar e aprovar as atividades.

GTZ

A cooperação técnica da GTZ começou em março de 1996 com o objetivo de apoiar a FUNAI a coordenar, definir e implementar a regularização fundiária e o desenvolvimento sustentável das Terras Indígenas na Amazônia Legal.

Cabe observar que o Acordo Básico sobre Cooperação Técnica Brasil-Alemanha define como formas de apoio: (1) a disponibilização e contratação de pessoal técnico especializado, tanto de curto como de longo prazo (prestadas por peritos nacionais e alemães); (2) a realização de treinamentos e capacitações; (3) a doação de equipamentos; e (4) outras atividades consideradas necessárias para o andamento das ações de cooperação.

As formas de atuação da cooperação técnica Brasil-Alemanha no programa Piloto incluíram principalmente: (1) assessoria para ações conjuntas; (2) execução direta de ações de projetos como integrantes de equipes nacionais; (3) atendimentos e demandas locais por produtos ou serviços especializados; e (4) provimento de produtos estratégicos, como relatórios e estudos específicos.

Os resultados esperados são: a identificação pela FUNAI de modelos de desenvolvimento sustentável para as terras indígenas da Amazônia legal; execução pela SETEC das atividades de maneira harmoniosa e participativa; execução do

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

projeto em conformidade com as normas e procedimentos do Banco Mundial e da KfW. Em 2001, o projeto foi renovado e estendido até o final de 2005. O objetivo desse novo projeto foi executar a regularização e a proteção das terras indígenas na Amazônia Legal com a participação da população envolvida e ONGs.

Outro ponto é a maneira como a cooperação alemã funciona no PPG7 e no Brasil. Doações da KfW envolvem, obrigatoriamente, cooperação técnica da GTZ. Nesse modelo, a GTZ assessora tanto a agência de implementação, como também a KfW, sobre a pertinência e a qualidade das atividades implementadas. Na prática isso significa que a GTZ avalia as solicitações da agência de implementação pela "não-objeção" da KfW por atividades específicas. Isso concentrou bastante poder na pessoa da assessora da GTZ. Na prática, esse poder era maior ainda pelo entendimento informal que aparentemente existia em muitas ocasiões entre a GTZ e o Banco Mundial.

A conseqüência é que a GTZ se encontra, muitas vezes, numa situação ambígua em que precisa estabelecer uma relação de parceria coma a agência de implementação e ao mesmo tempo exercer a função de "guardião do cofre". Qualquer estudo sobre cooperação técnica apontaria para a dificuldade de estabelecer parcerias numa situação em que existem desequilíbrios no poder de decisão. Um contexto como esse exige do(s) assessor(es) da cooperação técnica uma habilidade diplomática excepcional para conseguir ganhar a confiança da agência de implementação e ao mesmo tempo manter (durante longos anos) a credibilidade e independência profissional junto aos colegas e a KfW.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

2 Um estudo de Caso: o PPTAL

Neste capítulo passo a tratar, uma vez definido o que é cooperação técnica, do PPTAL, que é vinculado à Coordenação Geral de Projetos Especiais da Funai. Tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das populações indígenas, promovendo a conservação dos seus recursos naturais por meio da demarcação participativa das terras indígenas da Amazônia Legal, executada pelo órgão indigenista, e a aplicação de projetos de proteção a essas áreas, desenvolvidas com organizações indígenas, ONGs indigenistas e postos da Funai. Para se analisar o projeto, é importante antes conhecer a sua área de atuação: A Amazônia Legal.

A AMAZÔNIA LEGAL – O que é?

(www.sivam.gov.br)

Figura 1: Amazônia Legal
Fonte: http://www.sivam.gov.br/amazonia/

A Amazônia, localizada ao norte da América do Sul, ocupa uma área total de mais de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, fazendo parte do território de nove países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. No entanto, cerca de 85% da região fica em território brasileiro, onde ocupa mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente 61% da área do país. Sua população, entretanto, corresponde a menos de 10% do total de habitantes do Brasil.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

Só a Amazônia brasileira é sete vezes maior que a França e corresponde a 32 países da Europa Ocidental. A ilha de Marajó, que fica na embocadura do rio, é maior que alguns países como a Suíça, a Holanda ou a Bélgica. Em termos administrativos brasileiros, a região chamada Amazônia Legal é um espaço geográfico que se estende em uma vasta área composta por, aproximadamente, cinco milhões e cem mil quilômetros quadrados, o que significa quase 61% do território brasileiro, e é composta pelos seguintes Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, e parte dos Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

A Amazônia abriga metade das espécies conhecidas de plantas tropicais, uma variedade de peixes que supera a do Oceano Atlântico e a maior bacia hidrográfica do mundo, com aproximadamente 80 mil quilômetros de rios navegáveis. O ecossistema amazônico constitui um grande reservatório da biodiversidade do planeta, com grandes potenciais ainda inexplorados, além de abrigar imensas quantidades de minérios, terras agricultáveis e outros tantos recursos. Resta ao país, com a ajuda da comunidade internacional, explorar racionalmente os recursos disponíveis. Essa é a proposta de desenvolvimento sustentável.

Há um forte consenso em torno da necessidade de explorar de forma sustentável a Floresta Amazônica. Ela é tida por todos como um dos grandes recursos da região e o principal vetor na definição da sua vocação econômica. Contudo, a Amazônia é mais do que a sua floresta, comportando vocações múltiplas, não devendo priorizar uma única estratégia de desenvolvimento. Os recursos minerais e o enorme potencial de energia renovável, representado pelos recursos hídricos abundantes na região, a idéia de que a agricultura e a pecuária são necessárias e possíveis na região, sobretudo em áreas desmatadas são opções das vocações.

Os movimentos sociais e os ambientalistas enfatizam a importância da economia baseada na exploração sustentável da floresta e a necessidade de reforçar práticas de “agricultura sustentável”, baseada, principalmente, na pequena produção e voltada para o mercado interno.

PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

No Brasil, a luta dos povos indígenas para a defesa dos seus territórios, bem como o reconhecimento dos direitos indígenas e a regularização fundiária do que hoje são chamadas Terras Indígenas (TIs) pelo Estado têm uma longa tradição.

Os processos de demarcação e registro das Terras Indígenas começaram já na época colonial e no império e foram realizados de forma mais sistemática pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI)[27] a partir de 1910, porém ainda com um reconhecimento bastante limitado da territorialidade indígena. Até sua substituição pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, o SPI reconheceu 54 áreas indígenas. No início dos anos 1960, foram criadas grandes unidades de conservação com a dupla função de proteção da natureza e dos povos indígenas. Segundo o Cap. I, Art 2º da lei n° 9.985 do SNUC[28], essas unidades de conservação são espaços de proteção ambiental especificados de acordo com os objetivos de sua proteção.

> *"I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;"(SNUC – Lei nr. 9.985, de 18 de junho de 2000)".*

A FUNAI até o início dos anos 1980 demarcou quase 13 milhões de hectares, entre elas o parque indígena do Xingu com 2,9 milhões de hectares, e reconheceu um total de mais de 300 Terras Indígenas com mais de 41 milhões de hectares. No momento da redemocratização, que culminou com a constituição de 1988, pela crescente mobilização dos povos indígenas e o apoio da sociedade civil organizada, estes números chegaram a 518 Terras Indígenas com um total de 74,5 milhões de hectares (73,4 milhões delas na Amazônia Legal), dos quais só 14% (4,8 milhões de hectares) estavam completamente regularizadas (com registro no cartório) ou pelo menos homologadas por Decreto Presidencial.

O artigo 231 da Constituição de 1988 que deu uma nova base jurídica ao reconhecimento dos direitos indígenas preceitua que *"são reconhecidos aos índios sua*

[27] Serviço de Proteção ao Índio criado pelo Decreto n.º 8.072, de 20 de julho de 1910, e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano.
[28] O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído, no Brasil, em 18 de julho de 2000, através da Lei Nº 9.985 e está se consolidando de modo a ordenar as áreas protegidas, nos níveis federal, estadual e municipal.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Além de dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Atualmente a FUNAI reconhece 611 Terras Indígenas com um total de 106.537,856 hectares. Vale lembrar que o reconhecimento dos índios enquanto realidades sociais diferenciadas, na Constituição Federal, é associada a questão territorial, pelo papel relevante da terra além da valorização cultural. Tanto assim que o texto constitucional trata de forma destacada este tema, apresentando, no parágrafo 1º, 2° e 4° do artigo 231, o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

> *"§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.*
> *§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.*
> *§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. (CF, 1988)".*

Atualmente, o debate sobre a questão indígena no Brasil tem ganhado muita força e se tornado em assunto cada vez mais importante. Problemáticas acerca da complexidade do processo de regularização fundiária e da sustentabilidade das demarcações das terras indígenas estão entre os assuntos que envolvem todo esse debate sobre a questão indígena no país e internacionalmente.

O PPTAL representa um esforço primordial na contribuição ao debate sobre as terras indígenas da Amazônia, o qual irá compreender a área de abrangência e atuação deste projeto de pesquisa.

Um dos esforços apresentados pelo PPTAL são os seminários e estudos desenvolvidos em parceria com a GTZ Agência Alemã de Cooperação Técnica, que são proporcionados ao público visando à divulgação sobre os resultados dos estudos desenvolvidos e apoiados pelo Projeto das ações de regularização fundiária.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

Em 1992, a FUNAI foi convidada pela coordenação do PPG7[29] a formular uma proposta do que seria o componente indígena do programa, visando a reserva orçamentária para a obtenção de meios financeiros e técnicos. Surgiu a idéia de que através da cooperação internacional, as terras indígenas da Amazônia Legal teriam a demarcação concluída, pois os recursos federais normalmente disponibilizados à FUNAI para esse fim não são suficientes para atender o restante do país. No entanto, a falta de experiência da FUNAI com contratos internacionais resultou na capacitação dos técnicos envolvidos com o projeto para lidar com os prazos existentes na conclusão de cada projeto, que geralmente envolvem as negociações de acordos semelhantes.

A Contribuição do PPTAL

O PPTAL integra o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e atua com apoio multilateral desde o início dos anos 1990. Foi inserido no âmbito do PPG7 pela importância dos povos indígenas e das suas terras, que ocupam 21% da Amazônia brasileira, para a proteção e gestão sustentável das florestas e de outros ecossistemas. O PPTAL é executado pela FUNAI, órgão indigenista federal do Ministério da Justiça, junto com organizações indígenas e ONGs indigenistas e com apoio da cooperação técnica e financeira Alemã. A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB[30]), fundada em 1989, participa da gestão do PPTAL por meio da sua comissão Paritária Deliberativa (CPD[31]). O PPTAL recursos de ordem de US$ 25 Milhões e encontra-se na sua fase final (até 12/2007).

O objetivo principal do PPTAL é de contribuir para o processo de regularização fundiária e proteção efetiva das Terras Indígenas da Amazônia Legal. No início do projeto (12/1995), o Estado brasileiro reconhecia 379 Terras Indígenas na Amazônia Legal, das quais, no entanto 203 (54%) ainda não estavam demarcadas. Por

[29] O PPG7 é uma iniciativa do governo e da sociedade brasileira, em parceria com a comunidade internacional, que tem como finalidade o desenvolvimento de estratégias inovadoras para proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associada às melhorias da qualidade de vida das populações locais.
[30] A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) é uma das maiores coalizões indígenas de toda Bacia Amazônica. Foi criada num encontro de lideranças indígenas em abril de 1989 e hoje é composta por 75 organizações nos nove estados que compõem a Amazônia Brasileira.
[31] Comissão Paritária Deliberativa (CPD) criada para auxiliar a gerência do projeto, composta por quatro representantes governamentais e quatro das populações indígenas da Amazônia Legal.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

isso, a tarefa principal do projeto era apoiar a FUNAI na agilização e no aprimoramento dos processos de identificação e demarcação de Terras Indígenas. A partir do Decreto 1775 que mudou os procedimentos de regularização fundiárias das Terras Indígenas no início de 1996, o PPTAL apoiou a elaboração de manuais para a identificação e demarcação de Terras Indígenas e experimentou com diferentes formas de assegurar uma efetiva participação indígena no processo de regularização fundiária – inovações que em parte já foram incorporadas como rotinas na FUNAI.

O PPTAL testou uma nova modalidade de demarcação, baseada nas experiências anteriores de demarcação que as demais Coordenações da FUNAI costumava fazer. Esse novo modelo de demarcação recebeu o nome de "demarcação participativa" e passou a constar dos contratos de contribuição financeira, tanto do KfW[32] como do Banco Mundial, como sendo uma das duas formas de demarcação existentes (Mendes, 1999:19). A outra forma continuou sendo a forma tradicional, mediante a contratação de empresa topográfica.

Em 1994, o governo Alemão ofereceu à FUNAI a possibilidade de uma metodologia por meio da cooperação técnica. Para que a demarcação participativa fosse implementada, era necessária a existência de uma mobilização dos indígenas garantindo-lhes um nível de participação satisfatório juntando a possibilidade de uma ONG organizar esse esforço de mobilização, garantindo assim o aspecto formal de demarcação.

Em termos gerais, o PPTAL pretende contribuir na discussão sobre a manutenção e sustentabilidade social das terras indígenas, entendendo que um passo importante nesse sentido consiste em construir mecanismos e garantir espaços que permitam aos índios a maior participação possível, desde a fase de reconhecimento de seus direitos territoriais. Outrossim, visa fortalecer a capacidade das instituições nacionais, em especial governamentais, e de seus parceiros não-governamentais, para implementar com eficácia o Programa Amazônia, em consonância com as políticas ambientais brasileiras (Mendes op.cit).

Até o momento, das 169 Terras Indígenas apoiadas pelo PPTAL, 97 Terras Indígenas com uma área total de quase 38 milhões de hectares estão regularizadas ou pelo menos homologadas. Durante a execução do projeto, pelo aprimoramento do trabalho da FUNAI, mas também pelas dinâmicas do movimento indígena, na fase

[32] Em nome do governo alemão, o KfW Entwiclungsbank (Banco de Desenvolvimento) financia investimentos e serviços de consultoria em diversos países em desenvolvimento.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

pós-Constitucional, o número total de Terras Indígenas na Amazônia Legal aumentou para 414 Terras Indígenas, das quais mais de 100 ainda se encontram no início do processo de regularização fundiária[33].

Experiências e Desafios

Desde o início, o PPTAL reconheceu que a regularização fundiária é uma precondição necessária, mas não suficiente, para a proteção e gestão sustentável das Terras Indígenas. Muitas terras indígenas, principalmente na Amazônia Oriental onde as estradas, a fronteira agrícola e os grandes projetos avançaram muito desde os anos 1960, sofrem pressão e até invasões permanentes de garimpeiros, madeireiros, caçadores, pescadores e outros. Como as Terras Indígenas são terras da União, a fiscalização destas invasões cabe aos órgãos governamentais – além da FUNAI, sobretudo ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), à Polícia Federal (PF) e aos próprios índios.

O PPTAL incentivou e apoiou os povos indígenas e suas organizações para que assumam um papel cada vez mais ativo na proteção e gestão dos seus territórios, sem, no entanto, substituir a obrigação do Estado. Através do fomento da participação ativa das comunidades durante a demarcação das Terras Indígenas e por meio de capacitações, instalação de sistemas de radiofonia e financiamentos de "Projetos de Vigilância", executados pelas organizações indígenas. Os povos indígenas assumiram a divulgação dos seus direitos dentro e fora das Terras Indígenas, o monitoramento permanente da situação nos limites das Terras Indígenas e às vezes, também uma ocupação mais estratégica. O PPTAL inovou também testando a metodologia dos chamados "levantamentos etno-ecológicos[34]", estudos interdisciplinares que, partindo dos conhecimentos indígenas sobre seu meio ambiente, geram informações que podem servir de base para futuras ações de gestão territorial.

Os desafios da "fase pós-demarcatória" para cada Terra Indígena da Amazônia brasileira obviamente dependem da sua localização com respeito às "frentes econômicas" da sociedade nacional, o tamanho da terra e da população, e o grau de organização do povo indígena – a diversidade das situações é o primeiro grande

[33]Decreto nº 1.775 de 1996 visa regulamentar o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas pela União.
[34]Estudos interdisciplinares que, partindo dos conhecimentos indígenas sobre seu meio ambiente, geram informações que podem servir de base para futuras ações de gestão territorial.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

desafio tanto para os órgãos governamentais quanto para o movimento indígena. Porém, existem assuntos importantes que precisam ser enfrentados, como a atualização na legislação infraconstitucional sobre os direitos e responsabilidades concretos dos povos indígenas com respeito a muitos aspectos da proteção, gestão e uso das suas Terras indígenas. Além disso, as políticas públicas e a coordenação entre os vários órgãos governamentais relevantes podem ser aprimoradas.

Durante seu último ano de atuação, o PPTAL está divulgando suas experiências para incentivar sobre os desafios da proteção e gestão das Terras Indígenas o que por sua vez fortalece movimentos globais pela preservação ambiental e busca por alternativas de sustentabilidade.

O foco da cooperação técnica Brasil-Alemanha é o desenvolvimento de capacidades das instituições envolvidas no Programa Amazônia, como forma de impulsionar a geração de mudanças e as transformações ambientais, sociais e econômicas identificadas como necessárias no cenário de longo prazo daquele programa. Cabe notar que esse novo direcionamento não faz parte apenas dos anseios nacionais, mas soma-se a um debate global voltado para redimensionar relações de poder a nível local e global e criar redes voltadas para os movimentos sociais e ambientais hoje vigentes.

O Programa Amazônia, que compreende essa cooperação Brasil-Alemanha - PPTAL encontra-se de forma colaborativa entre as diversas esferas de governo, organizações da sociedade civil, setor privado e cooperações internacionais, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente. Tem como base as experiências bem sucedida do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, bem como as análises realizadas para o desenho do Plano Amazônia Sustentável[35].

O Projeto Integrado de Proteção às populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), é um projeto voltado para a proteção das populações indígenas que resulta da ênfase que nele se confere às populações tradicionais particularmente vulneráveis às formas inadequadas de ocupação e exploração da Amazônia, bem como da importância atribuída à participação dos indígenas na preservação do patrimônio ambiental representado pelas florestas brasileiras.

[35] O Plano Amazônia Sustentável - PAS é uma iniciativa do Governo Federal em parceria com os estados da região amazônica. Propõe estratégias e linhas de ação, aliando a busca do desenvolvimento econômico e social com o respeito ao meio ambiente, ainda que essa decisão precisa ser aprimorada.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

O projeto é financiado mediante fundos fiduciários pela Cooperação Financeira da Alemanha, pelo fundo do Banco Mundial (RFT) e pelo orçamento brasileiro (PPA). Conta com o apoio e colaboração no gerenciamento e execução pela FUNAI/SETEC, CPD e MMA (Coordenação do PPG7) e com a GTZ – Cooperação Alemã para o Desenvolvimento, agência de planejamento e execução de projetos participativos. Conta também com o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para agilizar o desenvolvimento de parte das ações planejadas e contribuir para o fortalecimento da FUNAI.

O acompanhamento e a fiscalização dos contratos são realizados pelo Governo Brasileiro por meio das instituições: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Controladoria-Geral da União (CGU) e a Agência Brasileira de Cooperação/MRE.

Como vimos, o PPTAL faz parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), um programa do G7, em parte, administrado pelo Banco Mundial, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a conservação da Amazônia Legal. O seu objetivo geral é aperfeiçoar a conservação de recursos naturais em terras indígenas e aumentar o bem – estar das populações indígenas, por meio de (1) regularização das terras indígenas na Amazônia Legal; (2) aperfeiçoamento da proteção das populações e das terras indígenas. O PPTAL é dividido em 4 componentes: Regularização das terras indígenas; vigilância e proteção das terras indígenas; capacitação e estudos; e apoio para implementação do projeto. O projeto é implementado pela FUNAI e apoiado pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), pela Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) e o RainForest Trustfund (RFT). O orçamento estimado foi de US$ 20,9 milhões: DM 30 milhões da KfW; US$ 2,1 milhões do RFT; US$ 2,2 milhões do Governo brasileiro (Viergever, 2005:vii)

Por parte do Governo Alemão o que inspirou a preparação do PPTAL e serviu como exemplo, foi, segundo vários entrevistados, a demarcação da Terra Indígena Waiãpi. A demarcação dessa terra indígena foi apoiada pela GTZ, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), e a FUNAI e se caracterizou pela mobilização das comunidades em torno da demarcação de sua terra e participação delas na execução,

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

um modelo denominado por alguns autores "autodemarcação[36]". A participação das comunidades Waiãpi na demarcação das suas terras foi considerado "*um aporte básico para a sustentabilidade da demarcação*" (Gallois *apud* Lima Filho, 2002:50).

O Governo alemão definiu, em 1996, apoio aos direitos indígenas e o fortalecimento das organizações indígenas como um dos objetivos de sua política de cooperação internacional. Instrumentos específicos dessa política são: regularização fundiária, apoio para associações e organizações indígenas, apoio para o diálogo entre povos indígenas e o Governo e doadores.

Sustentabilidade

Segurança sobre a terra é condição fundamental para a sobrevivência física e cultural dos povos. Mesmo assim, a pergunta "o que fazer agora?" começa a ganhar pertinência, inclusive durante a implementação do PPTAL. A regularização das terras indígenas é um dever do Estado, é um direito dos povos indígenas, mas não resolve a questão indígena, nem a sua relação com a questão da conservação dos recursos naturais.

No novo milênio, o Brasil enfrenta o desafio de atender à necessidade da população em relação ao desenvolvimento econômico e social. A idéia de sustentabilidade desempenha um papel crucial. Iniciou-se um diálogo abrangente, que tem envolvido toda a classe política nacional, promovendo uma grande discussão sobre o modelo de desenvolvimento econômico e de infra-estrutura, ao mesmo tempo que demanda maior sintonia com diretrizes de responsabilidade social e ambiental. A consciência ambiental se encontra muito mais presente nos atores políticos, sociais e econômicos e na população brasileira em geral que há 20 anos.

O Programa Piloto certamente contribuiu para essa mudança de percepção. Além dos resultados concretos alcançados diretamente no âmbito dos diversos projetos individuais, o Programa Piloto gerou inúmeras políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal, influenciando não só as políticas de desenvolvimento para a Amazônia, mas também para a Mata Atlântica e o Cerrado. O Brasil é hoje o único país amazônico que desenvolveu uma estratégia nacional para o seu território na Amazônia.

[36] Formalmente o termo "autodemarcação" é incorreto, já que compete somente à União demarcar as Terras Indígenas (Constituição, Art. 231).

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

Para se garantir a sustentabilidade das terras indígenas além da questão legal, duas dimensões devem ser pensadas. A primeira é a situação interna da terra. Isso inclui questões com respeito a geração de renda, reprodução física e cultural, gestão ambiental e outras. É uma questão com a qual a FUNAI tem bastante experiência. O próprio PPTAL apoiou atividades que podem ser entendidas como um fundamento importante para a sustentabilidade das terras. O componente de vigilância e fiscalização, por exemplo, apoiou várias atividades que aumentaram a consciência das comunidades sobre seu território. O acompanhamento da demarcação teve um impacto similar. Os estudos etnoecológicos podem ter um papel significativo indicando oportunidades para o desenvolvimento sustentável das terras.

No âmbito da discussão sobre sustentabilidade não importam tanto as normas individuais com respeito à regularização das terras. Mais relevantes são a atitude e a vontade de promover a participação das comunidades na implementação do processo e o reconhecimento que essa participação, junto com maior transparência e sistematização na aplicação das normas e regras, de fato melhoram o processo, tanto em termos de impactos, quanto em termos de eficiência e durabilidade.

Além do mais, a região amazônica possui um imenso potencial de recursos naturais e a falta de controle sobre ele faz com que haja a sua exploração de forma desordenada. Mas nunca houve tanta pressão (local, nacional e internacional) para que se promovesse o uso sustentável dos recursos naturais da região como atualmente. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) tem promovido o desincentivo da exploração tradicional ou das ações ilegais de exploração dos recursos naturais através de uma série de iniciativas de áreas de fiscalização e monitoramento ambiental das atividades econômicas da região.

Um outro aspecto que denota o grande potencial de recursos da Amazônia com seus recursos da floresta é o seu próprio mercado consumidor. A Amazônia atrai a ambição do mundo inteiro pelo seu imenso potencial de recursos naturais, mas em si mesma não é capaz de gerar grandes volumes de recursos econômicos, pois a atitude de todos, especialmente internacional, é a economicista. Para Guimarães (2004) é fundamental que se use os produtos regionais amazônicos de forma ambiental e socialmente sustentável e para isso será necessário que as condições básicas como leis, políticas, recursos financeiros e principalmente mercado consumidor se destinem a promover o desenvolvimento sustentável da floresta, em detrimento de práticas

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

danosas. Na opinião do autor, as práticas já estão mesmo que lentamente se encaminhando para a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Mas ele pergunta: o que falta para isso? Assim, Guimarães (op. cit) aponta alguns caminhos para transformar o potencial em rentabilidade: qualidade dos produtos, regularidade no fornecimento, dificuldade de acesso aos recursos financeiros, enfim, falta aos empreendedores capacidade de comprovar a viabilidade e lucratividade dos projetos, ou seja, mais capacidade de gestão empresarial, melhor infra-estrutura para produzir e atingir os mercados etc.

Diante da discussão sobre desenvolvimento sustentável, Guimarães (idem) também indaga: "quem seriam os atores sociais promotores do desenvolvimento sustentável?" Ao que ele responde não ser os mesmos que constituem a base social do estilo dominante de hoje, os quais têm tudo a perder e muito pouco a ganhar com a transformação do estilo.

Assim, é importante não perder de vista que os objetivos de todo e qualquer projeto de desenvolvimento sustentável na Amazônia, segundo Mendes (1998), as suas características mais diversas e específicas, devem ser sempre o objetivo-fim como a promoção do homem no seu meio ambiente, o objetivo-meio como progresso econômico e tecnológico para poder sustentar o homem em seu meio e o objetivo-quadro como equilíbrio ecológico de todo o ambiente. Por fim, segundo Mendes (1998: 85) *"cumpre lembrar que o homem é um animal político e que a forma de que ele se pode valer para expressar uma plenitude existencial é assumir o seu próprio destino"*, desde que em condições favoráveis (saúde, educação, habitação, trabalho etc.) para saber aproveitar suas potencialidades e saber usar os recursos para sua sustentabilidade e do meio em que vive.

Resultados

Até meados de 2005 , o projeto identificou 60 terras (11 milhões de hectares) e demarcou 92 terras indígenas (38 milhões de hectares). Destas, 87 foram homologadas e 59 foram registradas no SPU. O projeto apoiou 4 conjuntos de estudos (estudos de levantamento ambiental, procedimentos para a identificação de terras indígenas, levantamento socioeconômico fundiário e métodos alternativos para a demarcação) e desenvolveu uma metodologia para levantamentos etnoecológicos, cuja aplicação está em andamento em 10 "complexos de terras", englobando 43 terras

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

indígenas. No componente de proteção, o projeto apoiou 31 projetos de vigilância, 7 projetos de radiofonia e 3 projetos pilotos, beneficiando 60 Terras Indígenas. Foi beneficiado também cerca de 60 Terras indígenas com treinamentos, capacitando membros de comunidades e organizações indígenas para participar na demarcação das suas terras (VIERGEVER, 2005:vii)

Impactos

Em termos de conservação, o projeto pode ser considerado um dos que mais tiveram êxito do PPG7. Um impacto indireto do projeto é que atualmente Terras Indígenas são incluídas como áreas protegidas nas estratégias de proteção da Amazônia Legal. Em termos da política indigenista, o projeto também foi bem-sucedido, resolvendo parte significativa do passivo que existia na área de regularização das terras indígenas na Amazônia Legal.

O PPTAL identificou e demarcou, até agora, mais terras indígenas do que estava previsto. Além do mais, o projeto apoiou a FUNAI no desenvolvimento e institucionalização de normas e procedimentos mais transparentes e tecnicamente objetivos. Apoiou, também, o fortalecimento do movimento indígena por meio da participação de representantes indígenas na Comissão Paritária Deliberativa, do apoio para o acompanhamento das comunidades indígenas na demarcação das terras e para os planos de vigilância implementados pelas próprias comunidades com respeito a suas terras, sua gestão e proteção. O projeto também está contribuindo para melhorar a eficiência e eficácia da fiscalização pela FUNAI.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

3 A Cooperação Internacional, o PPTAL e os novos movimentos Sociais

Conforme tratado anteriormente, buscando incentivar a ampla participação indígena no processo, o PPTAL desenvolveu parcerias com ONGs e Associações Indígenas, apoiando projetos de acompanhamento indígena das demarcações, de vigilância e de capacitação. Realizou também estudos etnoecológicos em terras indígenas, levantando os conhecimentos nativos sobre a biodiversidade, para sistematizar informações que possam servir de base para futuras ações de proteção e gestão sustentável daquelas áreas. O principal argumento do PPTAL é que os conhecimentos indígenas são centrais para o embasamento de abordagens mais sustentáveis ao manejo e uso das florestas tropicais, visto que eles se utilizam dos ecossistemas florestais sem causar degradação ambiental significativa. Além disso, em termos práticos, as terras indígenas representam grande parte do bioma amazônico preservado.

Em parceria com os indígenas, estão sendo implementados Projetos de Acompanhamento e Vigilância. O primeiro garante às comunidades indígenas condições para que possam monitorar os trabalhos das empresas contratadas para executar a demarcação física das áreas. Os projetos de vigilância visam garantir a integridade física das terras demarcadas. Cabe às próprias associações indígenas e ONGs encaminhar ao PPTAL propostas para a implantação dos projetos. Na elaboração e execução, o PPTAL fornece uma assistência técnica de maneira que fomente a autonomia e autodeterminação dos índios envolvidos.

Desde o início de suas atividades em 1996, o PPTAL estabeleceu várias parcerias com ONGs, para o desenvolvimento de ações de acompanhamento das demarcações, vigilância e capacitação indígena. Dentre elas estão: **Amigos da Terra**[37], Parceria com esta ONG ambientalista para instalação de rede de comunicação radiofônica em diversas comunidades indígenas da Amazônia, fundamentais para o

[37] A entidade faz parte de Amigos da Terra Internacional, rede de entidades ambientalistas, sem fins lucrativos, reconhecida pelas Nações Unidas desde 1971, com atuação em 68 países.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

trabalho de proteção às terras. **Centro de Trabalho Indigenista (CTI)**[38]: Plano de Vigilância que beneficiou a Terra Indígena Waiãpi, no Amapá, em 2001/ 2002, tratando-se de ONG não-indígena, mas cujo trabalho se dá em colaboração com a **APINA (Conselho das Aldeias Waiãpi)** e com a ONG **UIRAPURU**[39]**.**

O PPTAL tem como meta a demarcação de 58 Terras Indígenas, sendo que 29 delas foram consideradas prioritárias por se localizarem na Amazônia, estas totalizando 19,2 milhões de hectares. Para a demarcação, foram convidadas algumas ONGs, como o ISA[40], designado para cobrir a região do Alto Rio Negro, ou "cabeça do Cachorro", localizada na sensível fronteira com a Colômbia.

Em nível nacional e regional a cooperação para o desenvolvimento sustentável muito tem sido realizado por várias instituições federais, estaduais, municipais, pela sociedade civil organizada, como sindicatos, cooperativas, instituições religiosas, empresas, particulares e as ONGs, em especial. Essas organizações ganharam notoriedade a partir da ECO-92. Para Warren (*apud* Viola,1998:161-163), especialmente na América Latina e no Brasil, em particular, as ONGs associam ao conceito original, mais dois critérios que são os de funcionalidade e historicidade. O primeiro conceito delineia essas organizações como pioneiras na educação, promoção e assessoria de propósito coletivo. No segundo caso, as ONGS se caracterizam também pela defesa de direitos humanos e preservação do meio ambiente. Assim as ONGs têm se preocupado prioritariamente com as questões que visam a melhoria das condições de vida das populações carentes e mais recentemente com questões ambientais.

Resumidamente, Warren (*op.cit*) define ONGs como:

> *"Organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil ... com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)".*

[38] O Centro de Trabalho indigenista (CTI) é uma Organização Não-Governamental constituída juridicamente como associação sem fins lucrativos, fundada em março de 1979 por antropólogos e indigenistas que já trabalhavam com alguns grupos indígenas do Brasil.
[39] ONG ambientalista com sede em Porto Velho, Rondônia, responsável pelo Projeto de Vigilância da Terra Indígena Diahui, no sul do Amazonas. Iniciado em dezembro de 2003.
[40] O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), desde 21 de setembro de 2001.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

O autor discute ainda sobre um elo de sustentação da cooperação internacional às ONGs, demonstrando basicamente que as ONGs do Norte e, mais recentemente, com o aumento da participação de fundos oficiais de governos e organismos inter-estatais, têm sido responsáveis pela manutenção das infraestruturas operacionais de grande parte das ONGS do Sul. No entanto, Warren (*op cit*), no contexto de seu estudo, deixa entrever que a cooperação internacional forja esse elo de sustentação que, na maioria das vezes, realiza uma atitude de controle sobre a ação das ONGs.

Nesse sentido, Pinto[41] afirma que "*a cooperação internacional é muito importante para o desenvolvimento da Amazônia, pois se não contarmos com ela dificilmente ajustaremos o ritmo da atividade produtiva e do conhecimento"*. No entanto, diz ele, *"essa cooperação internacional, freqüentemente não é suficiente, nem satisfatória"*. E continua o jornalista:

> *"As vezes ela gera mais rendimentos para o dono do capital investido, o financiador, do que para os nativos. É preciso continuar esse intercâmbio, sem xenofobismo ou teoria conspirativa, mas com rigor e impondo a harmonia entre os interesses nacionais/regionais e internacionais"*.

Diga-se, de passagem, que Guimarães (*apud* Becker e Miranda, 1997:13-16) afirma que as profundas transformações que caracterizam o cenário internacional, nas últimas décadas, apesar de oferecerem grandes e inéditas contribuições e oportunidade de progresso para a humanidade, representam riscos consideráveis de retrocesso nas conquistas políticas e sociais arduamente conquistadas, porque alguns projetos utópicos para a transformação social deram lugar à valorização de direitos individuais frente ao Estado, assim como também a falta de transparências na condução da atividade pública tem provocado uma profunda erosão no significado de representação política levando a questionamentos das elites nacionais e internacionais. O autor afirma que essas atitudes provocaram uma distância na dinâmica entre países pobres e ricos, especialmente no plano econômico, do qual todos os demais setores dependem, pois é onde tudo começa e termina.

É preciso, então, que o Estado brasileiro tome de fato as rédeas sobre as diretrizes na condução do processo de desenvolvimento da Amazônia no que apresenta

[41] Lúcio Flávio Pinto, jornalista e cientista social do Pará, em entrevista dada ao PPTAL em 05.12.2005.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

dificuldades nessas orientações, pois nesta região tudo acontece de bom e de ruim. Como declara Pinto[42]:

> *"Na Amazônia, o carro está sempre adiante do boi. Destrói-se a natureza compromete-se recursos de capital natural valiosos e só depois tenta-se inventariar o que havia. Já vi muita floresta desaparecer substituída por pastagem. Imaginei que esse absurdo tinha acabado com o avanço e a difusão do conhecimento científico. Mas no ano passado e neste ano, o IBAMA voltou a detectar enormes áreas desmatadas para a criação de pasto.*
>
> *A ciência não consegue dar conta das frentes econômicas. A verba de ciência e tecnologia na Amazônia representa, no mínimo, 1% da verba de ciência e tecnologia do Brasil, que é a menor dentre os chamados países emergentes. Por isso, a ciência virá sempre depois dos péssimos fatos consumados.*
>
> *Sem investimento o Brasil tem que atrair instituições capazes de arrastar para a Amazônia suas estruturas poderosas, sem, contudo, criar canais de drenagem, sem, contudo, criar canais de drenagem e desvio de recursos e conhecimentos da fantástica biodiversidade regional. A internacionalização do capital na Amazônia é um fato. A região manda para os circuitos de commodities bens em escala mundial.*
>
> *Está na hora de criar o circuito da ciência em proporção equiparável. Mas para "discernir o joio do trigo", separando os inescrupulosos daqueles que realmente nos interessam, é preciso criar uma interlocução válida. Os programa têm que ser bipartite ou múltiplos, não uma via de mão única ou uma "caixa preta".*
>
> *Também precisam ter escala expressiva, a fim de que beneficiem a população da região de fato e não apenas para efeito propagandístico, ou, o que seria pior, para servir de biombo para interesses comerciais e financeiros".*

É nessa linha de pensamento que não só o Estado brasileiro deve caminhar no sentido de orientar o país para o desenvolvimento da Amazônia, mas as organizações da sociedade civil. O tempo caminha e com ele deve seguir a condução de novos caminhos para o desenvolvimento sócio-econômico, aproveitando o discernimento entre o fazer de fato para esse fim e o fazer com fins desvirtuosos, aproveitando essa tomada de conscientização para a qual tem acordado a sociedade global.

Continuando a discussão sobre o papel das ONGs, Warren (1998:165) considera que elas seguem também orientações ideológicas, ou ainda, como ele diz: *"matrizes discursivas que desenharam a trajetória das ONGs latino-americanas"*. Na ordem crescente cada tendência (assistencialista, desenvolvimentista, democratizante e

[42] Entrevista concedida em 05.12.2005.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

neoliberal) prevaleceu em momentos históricos, pois hoje elas têm uma inclinação multifacetária.

Dentre as matrizes ideológicas que orientam a trajetória das ONGs, Warren (*op cit*) destaca as neomarxistas, neo-anarquistas, aquelas orientadas pela teologia da libertação (cristã) e finalmente as de um perfil articulista. Esta última, a considero ser o perfil em voga e majoritário, porque pode combinar todas as tendências e, tem como ponto chave a expansão da democracia popular, confrontada exatamente pela diminuição da centralização do Estado. Nessa articulação, nota-se uma herança da ilustração marxista que concebia a unicidade entre os setores/grupos articuláveis e desenha a atuação das ONGs numa engrenagem de redes que se constroem na troca de experiências de atores/setores plurais e diversificados.

As ONGs, de acordo com esse perfil de articulista, são também grandes mediadoras entre as organizações dos movimentos sociais específicos e outros atores incluindo os Estados. Assim, a matriz articulista conduz as ONGs tradicionais e mais as ONGs ambientalistas a um modelo de intercâmbios e articulações que propiciam o nascimento de ONGs populares ecologistas.

Atualmente, as ONGs, além de sua função social, política e ambientalista, têm, também, um papel assistencialista em virtude da situação de pobreza que assola o mundo inteiro, e no Brasil em especial, a situação é grave. Neste sentido, faço uma observação à população da Amazônia brasileira onde há um grande contingente de famílias pobres e abaixo da linha de pobreza.

Sobre essa situação, o Acordo SUDAM/PNUD (1996) realizou um estudo sobre a exclusão social na Amazônia Legal, cujo relatório analítico expressa a mais dura realidade, em que nessa imensidão de espaço tão rico e tão promissor há uma grande exclusão social, onde vivem famílias excluídas de bens que lhes foram destinados através de muitos programas e projetos do governo. Este estudo provou que a exclusão social das famílias excluidas da Amazônia brasileira persiste em virtude da carência de recursos financeiros para realizar as atividades desejadas, bem como falta de recursos humanos, falta de infra-estrutura básica nas entidades que trabalham na região, falta de apoio técnico e dificuldades de gerenciamento.

Das experiências para reduzir a exclusão social, a grande maioria (67% das experiências mapeadas) é realizada sob a responsabilidade de organizações da sociedade civil (ONGs, sindicatos, associações religiosas, cooperativas, fundações, populares entre outras), enquanto que apenas 33% são projetos ou programas

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

realizados pela administração pública ou órgãos colegiados. (Acordo SUDAM/PNUD, 1996, p. 43)

> *"Mas é no Estado, seja como executor, financiador ou parceiro, através dos governos federal, estaduais e municipais, que se origina a maioria dos recursos utilizados em projetos de redução da exclusão social da Amazônia. A presença de financiamentos oriundos de organismos internacionais é também marcante na região, porém estes estão disponíveis apenas para uma minoria de entidades que têm condições de atrai-los e atuar nos padrões exigidos por estas entidades internacionais". (Acordo SUDAM/PNUD, 1996, p:43)".*

Na atualidade, é mais ou menos como continua acontecendo as cooperações aos projetos de desenvolvimento da Amazônia, o governo do Brasil (federal, estadual e municipal) são os grandes braços de sustentação. A cooperação internacional, sem dúvida, dá a sua grande contribuição, mas as ONGs contam com as parcerias públicas nacionais, tanto ao nível de recursos como de organização estrutural e na dinâmica da execução dos trabalhos. As ONGs brasileiras, acima de tudo, observam a questão social das populações locais e a questão ambiental.

Dessa forma, é importante que estudos sobre o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica devam ser realizados tendo em vista, acima de tudo, reduzir a exclusão social. E isto deve acontecer pondo em prática um processo de desenvolvimento que não deve esquecer que há *"a imensidão que significa amplitude territorial, patrimônio de recursos naturais, horizonte infinito da criação, enquanto se elimina a imensidão que se materializa em obscurantismo, miséria, depredação do Homem e da Natureza"*. (Acordo SUDAM/PNUD, 1996.).

Becker (2004:33) discute as mudanças por que tem passado o mundo, em finais do século XX e início deste século, nas quais *"tornam-se mais acentuadas as feições da globalização, com a interconexão não só da economia e das finanças, mas também das arenas políticas nacional e internacional, a redefinição do papel do Estado, a revalorização da natureza, os financiamentos descentralizados, a velocidade acelerada de transformação das atividades e dos territórios por efeitos das redes técnicas"*.

Para a autora (*op cit*), a velocidade de transformação das atividades e dos territórios depende do acesso às inovações tecnológicas, levando sempre em conta as potencialidades humanas, o patrimônio natural e cultural e a iniciativa política que é

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

fundamental nesse processo de transformação e mudanças. No mundo da globalização, a Amazônia, ao inserir-se nesse contexto, tem um novo lugar, haja vista que o novo olhar sobre suas potencialidades é reconhecer que ela é o maior patrimônio da humanidade, vital para a sobrevivência do planeta terra e é assim que está sendo vista no contexto político nacional e internacional.

Ao que parece, um novo olhar e uma nova postura já se delineia no cenário da Amazônia brasileira, mesmo que a passos muito lentos uma nova consciência vem se formando e as ONGs, conforme já se falou, tem um papel importante nessa mudança. A meu ver, mesmo que ainda muito se explore os recursos naturais da Amazônia sem responsabilidade, muito degredando a natureza e o homem, há uma preocupação de que sem a Amazônia é impossível um equilíbrio no planeta.

As ONGs, na busca de possibilitar um equilíbrio para a região, não só na questão ecológica, mas também na questão social, vem delinear uma marca que tem impregnado suas políticas na luta pela preservação da natureza e do homem nesse espaço amazônico. Os trabalhos desenvolvidos por essas organizações têm tornado possíveis a sobrevivência de muitas vidas animal, vegetal e humana.

Nesse trabalho e nessas lutas as ONGs têm conseguido uma postura de confiança perante a sociedade e alcançado êxito em suas ações. No contexto das organizações da sociedade civil brasileira aparecem como as aliadas às classes populares. Com essa postura muito têm feito pelos povos da Amazônia. Pois o papel atual das ONGs é o ecológico, o ambiental e o social, é solidarizar-se com os mais pobres, possibilitando o desenvolvimento sustentável da região, através de formas alternativas de vidas. No entanto, aos olhos do governo e dos militares, em especial, as ONGs não são vistas como forças que lutam pela preservação ambiental e pelas questões sociais, tão somente, mas acham que elas carregam consigo um segunda intenção – que talvez possam barganhar poder nessa luta e, assim, pôr à mesa, para discussão com a sociedade, questões que deveriam ser do governo – e que por isso alcançam um postura de poder e credibilidade pelos trabalhos que desenvolvem socialmente, o que leva a crer, de certa forma, falta iniciativa mais consistente e eficaz por parte do governo especialmente no que diz respeito a uma política de gerenciamento e fiscalização nas questões da Amazônia.

Na Região Amazônica brasileira muitas são as ONGs com esse perfil ambientalista e social, que desenvolvem importantíssimos projetos de desenvolvimento sustentável.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

Não se nega, conforme afirma Becker (2004), o grande esforço que o governo brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e do próprio PPTAL, vem realizando. Objetiva o desenvolvimento sustentável e aliado a isso está a cooperação internacional contribuindo para o desenvolvimento da Amazônia. Nesse sentido a autora afirma:

> *"Ao contrário do que é difundido pela mídia, há um esforço considerável do país com vistas à conservação ambiental, gerando um vetor tecno-ecológico na dinâmica regional, entendido como força resultante da coalescência de múltiplos projetos. O vetor tecno-ecológico é fruto das pressões – legítimas e geopolíticas, internacionais, nacionais e regionais – e de respostas governamentais a essas pressões. Agregam-se à pressão ambientalista, a disputa externa e governamental pelo controle do capital natural e do território, e as demandas sociais dos amazônidas por melhores condições de vida. A cooperação internacional financeira e/ou técnica está presente em todos os projetos ambientais ..." (BECKER, 2004:127-128)".*

Mas o papel das ONGs não se restringe somente ao ecológico e social, elas discutem políticas públicas e exigem sua implementação para a Amazônia, especialmente na questão da preservação do meio natural, como florestas, rios, campos, serrados, ar etc., como exemplo disso, a luta pelo desmatamento da Amazônia que é uma questão crucial para o país e para o mundo. Com a perda da cobertura vegetal da floresta amazônica, o país desperdiça valiosos recursos em biodiversidade, além de propagar um modelo de políticas públicas e desenvolvimento que perpetua a miséria e os problemas sociais.

As ONGs, por sua vez, lutam para reverter esse quadro. Nessa questão, as ONGs contribuíram para a criação de extensas terras indígenas, áreas de proteção ambiental e corredores ecológicos que, atualmente, de certa forma, dificultam e inibem a presença do Estado e (aplicação) dos programas de políticas públicas para a região, talvez sejam estas as dificuldades que criam para o Estado. Considerando-se que a criação de áreas protegidas é, sim, uma política pública para a Amazônia, trata-se, então, de uma forma comprovadamente eficiente de se enfrentar o problema do desmatamento.

A Amazônia é região onde impera a violência, a grilagem de terras e o abandono, todos decorrentes dessa ausência das autoridades e instituições públicas. O *Greenpeace* do Brasil tem, com freqüência, se dirigido ao Governo Federal pedindo

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

que instituições como o Ibama, o Incra e a Polícia Federal estejam mais presentes na região, para que se faça cumprir o Estado de Direito, evitando crimes hediondos como o assassinato da missionária Dorothy Stang, ocorrido no dia 11 de fevereiro de 2005. É fundamental uma maior presença do Estado na Amazônia, não só com a finalidade de vigiar e policiar, mas principalmente para implementar políticas públicas que garantam a preservação da natureza e a sustentabilidade de populações locais excluídas que sobreviem na região, e para erradicar a exclusão social.

A criação de áreas protegidas é considerada uma política pública que visa ocupar recursos valiosos para o futuro do Brasil e do planeta. As áreas de uso sustentável, por sua vez, podem aliar a conservação com a melhoria das condições de vida dos habitantes da floresta, ao conferir às populações locais uma garantia contra a sua expulsão por grileiros, madeireiros e fazendeiros, com a adoção de um modelo alternativo de desenvolvimento. A proteção das florestas favorece o país nas negociações internacionais, onde figura como expressivo emissor de gases do efeito estufa, apenas devido às queimadas.

Este é sentido da atuação das ONGs na Amazônia que denunciam a ação e ausência do Estado e por isso pesam sobre elas sérias acusações, especialmente por parte da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).[43]

O papel das ONGs está numa articulação séria e comprometida com toda a sociedade brasileira, por isso luta por políticas que amparem o meio ambiente, em especial a Região Amazônica. Neste sentido, a sua ação política é bem representativa, dinâmica e exigente. Elas ganharam grande força e penetração na Amazônia em 1991, com a supervalorização da questão ambiental e da questão indígena pela Constituição.

Segundo Bento[44], dados levantados pelo FUNAI detectaram 320 ONGS atuando na Amazônia, ou cerca de 1 ONG para cada 1000 índios, dos 320.000 existentes na região.

A despeito da afirmativa do que dizem as forças militares sobre as ONGs como uma ação negativa no cenário da Amazônia, Allegretti[45] afirma que por serem nacionais, as ONGs não agiriam contra interesse do país, pois segundo ela, *"Não*

[43] Frank Gugenheim, Diretor Executivo da Greenpeace Brasil. Disponível em: <http://www.greenpeace.com.br/noticias/institucional.php?conteudo_id=2056&sub_campanha=0>. Acessado em 12/10/2007.
[44] Disponível: <http://www.resenet.com.br/ahimtb/ongsamazonia.htm> (Texto de Cláudio Moreira Bento As ONGs na Amazônia Brasileira). Acessado em 17/10/2007.
[45] Mary Allegretti, Secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente. Texto de Avancini em <http://www.geocities.com/toamazon/toacaoa.htm>. Acessado em 17/10/2007.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

existem ONGs estrangeiras no Brasil, todas são entidades nacionais, pois elas operam segundo os padrões legais brasileiros, o que dificulta a realização de atividades contrárias aos interesses nacionais".

Prova de que as ONGs – com as quais o PPTAL estabeleceu parceria - não agem contra a soberania nacional e a favor de interesses próprios. O Ministério do Meio Ambiente mantém diversos programas em parceria com entidades não governamentais na Amazônia e os resultados são positivos. Além da eficiência, as ONGs têm desempenhado um papel importante no fomento à organização das comunidades que vivem na região. *"O fortalecimento da sociedade civil é importante para o processo de democratização porque gera a capacidade de questionamento e de reação".* (Avancini, 2006).

E além de tudo, afirma Allegretti (*op cit*), que para trabalhar em parceria com o Ministério, *"uma ONG tem de ter no mínimo dois anos de existência e apresentar um projeto que passa por uma avaliação técnica, destinada a verificar a compatibilidade da proposta com a missão da entidade".*

A Alemanha é um dos países que muito tem contribuído de forma significativa para projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia após acordo assinado na ECO-92. Segundo Scheller[46], foi dada muita ênfase na questão ambiental e desenvolvimento sustentável na Reunião Anual do Conselho Alemão de Desenvolvimento Sustentável para discutir temas como o uso da água, a criação de alternativas à dependência do petróleo e a luta contra a Aids na África, e sobre a ajuda alemã a projetos de desenvolvimento sustentável para comunidades que vivem na Amazônia, mas falou também sobre a importância do engajamento de órgãos oficiais, ONGs e da sociedade na criação de políticas ambientalmente corretas. Isso demonstra a credibilidade que os órgãos oficiais nacionais e internacionais depositam nas ONGs.

Na entrevista à DW-WORLD[47], Viana enfatizou como principais pontos da política de desenvolvimento sustentável no Brasil a importância do engajamento de todas as esferas de governo, e não somente o Ministério do Meio Ambiente, trabalharem sob a perspectiva da sustentabilidade. *"E é preciso que sociedade, governo e grupos que promovem a consciência ambiental, como as ONGs, trabalhem juntas neste processo".* Segundo ele, apesar da grande degradação ambiental, *"existe*

[46]Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1702203,00.html> Texto: Alemanha investe em projetos ambientais no Brasil. Acessado em 16/09/2007.
[47] A Deutsche Welle é a empresa internacional de comunicação da Alemanha.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

consciência ambiental na sociedade brasileira e um bom exemplo disso são os catadores de papel, eles são de importância vital para a sustentabilidade do Brasil nas grandes cidades". Na contemporaneidade, está começando um movimento de profissionais que pela questão de sobrevivência, pois falta emprego para uma grande massa da população, que catam materiais altamente poluentes (material de informática), descartáveis e todo e qualquer tipo de material para a reciclagem. É um movimento que vai se espalhando aos poucos e muito contribuindo para a firmeza dessa consciência e para a preservação do meio ambiente.

Neste sentido, uma das formas de envolvimento das pessoas nesse processo é a experiência brasileira que é bem-sucedida com a Conferência Nacional de Meio Ambiente e que entra em sua segunda edição este ano (2005). Os Estados fazem conferências regionais, envolvendo entidades públicas e privadas, e apresentam resultados em uma rodada nacional. A Conferência também tem um caráter educativo, com distribuição de materiais e promoção de debates nas escolas públicas de todo o país, pois a participação das crianças e dos jovens é fundamental.

Segundo Viana[48], não é possível dizer que o Brasil tem uma consciência ambiental desenvolvida. *"É claro que há dados positivos, bons indicativos, mas no balanço geral estamos ainda muito a desejar"*. Pois há ainda bastante extração de madeira sem fiscalização, imensas florestas brasileiras devastadas pelo plantio de soja, no Norte e no Centro-Oeste, "a destruição da Amazônia e do cerrado ainda é escandalosa e a pesca é uma atividade que precisa ser regulamentada". Mas há dados positivos que já se vislumbram como um grande ganho, por exemplo, em 2005, foram derrubados 26.300 km2 da Amazônia; neste ano, fizemos um esforço incrível e a tendência deste número é cair para 16.000 km2. Neste sentido, Viana se posicionou dizendo:

> *"[...] mesmo na esfera do governo, o diálogo das outras áreas com o Ministério do Meio Ambiente está em fase inicial. As empresas que praticam algum tipo de política sustentável ainda não olham o ciclo de produção completo, não fiscalizam como a matéria-prima é obtida. Mas a criação de projetos que incentive os povos da região amazônica a tirar seu sustento da floresta é o caminho para o desenvolvimento sustentável. Fazer a exploração econômica da floresta sem derrubá-la, com estratégias sustentáveis. Ninguém nunca falou que a floresta não pode dar frutos econômicos, que não se pode extrair madeira e outros produtos. O problema é a maneira*

[48]Disponível em:<http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1702203,00.html.> Texto: Alemanha investe em projetos ambientais no Brasil. Acessado em 16/09/2007.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

> *como a exploração é feita, o fato de os ciclos naturais não serem respeitados".*

Entre as várias ONGs de renome nacional e internacional destacamos a *Greenpeace* que discute com a sociedade brasileira as questões ambientais, para conhecerem suas atividades em defesa do meio ambiente e da Amazônia; a Mercedes Benz do Brasil que desenvolve projetos de desenvolvimento sustentável na Região Amazônica brasileira, junto a comunidades pobres.

As ONGs, num trabalho específico, muito têm lutado pelo desenvolvimento sustentável da Região Amazônica e pela questão ambiental no mundo inteiro e apesar de enfrentarem acusações, desconfiança, violência e vários outros empecilhos para realizações de seus trabalhos, elas se articulam politicamente nas lutas pela preservação do meio ambiente. Assim, as ONGs em defesa da vida, enviaram carta ao Senado pedindo agilidade na votação do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, encaminhado pelo governo ao Congresso em fevereiro de 2005, que já foi sancionado e originando a Lei nº 11.284/06, e espera-se que seja posto em prática de fato. Esse projeto encaminhado pelo Executivo é também resultado do trabalho do setor empresarial, organizações indígenas e do movimento social, entidades ambientalistas e pesquisadores, conforme afirmou a Carta das ONGs ao Senado.

Esses segmentos se aliaram na elaboração e defesa do projeto PPTAL por considerar que ele estabelece um marco legal há muito necessário para que o governo federal, estados e municípios recuperem a capacidade de gerir o patrimônio florestal público. Até por que é necessário para os envolvidos legalmente, pois visam o desenvolvimento sustentável, como cita a Carta:

> *"[...] a indústria de base florestal que quer respeitar a legislação precisa do projeto para poder competir em pé de igualdade com aqueles que operam na ilegalidade ou na informalidade; comunidades locais, povos indígenas, entidades dos setores social e ambiental precisam que o Estado reassuma o controle sobre o que é de patrimônio público e, com o Congresso, dê clara definição das áreas de uso e não uso, bem como dos critérios e padrões de exploração dos recursos florestais e do processo de gestão desses recursos[49]".*

[49]Disponível em: <http://www.greenpeace.com.br/amazonia/amazonia.php?conteudo_id=2456&sub_campanha=0>. Acessado em 16/09/2007.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

Conclusão

A cooperação internacional é um processo de coordenação e negociação para viabilizar a apropriação e a difusão dos conhecimentos gerados no Brasil e no exterior. O intercâmbio e o treinamento de recursos humanos nos diferentes níveis de formação técnica e acadêmica contribuem de forma incisiva para o desenvolvimento de qualquer setor inclusive o da questão indígena.

A questão indígena foi escolhida como objeto de estudo por ser uma área de grande potencial agregado, efetivada em segmentos múltiplos como cultura, agricultura, meio ambiente, saúde e outros.

Verificou-se neste trabalho que a cooperação internacional na área indígena no Brasil é bilateral e recebida de países com grande avanço de conhecimento, destacando-se a Alemanha. A biodiversidade, na região Amazônica especificamente, é o atrativo que o Brasil fornece para as pesquisas serem desenvolvidas aqui.

O PPTAL incentivou e apoiou a população local indígena e suas organizações para que assumam um papel cada vez mais ativo na proteção e gestão dos seus territórios, sem substituir a obrigação do Estado. Aliás, o desenvolvimento sustentável no Brasil se faz com a ajuda da cooperação internacional que acontece especialmente nas grandes parcerias com órgãos do governo, como no caso do PPTAL.

Nas questões ambientais, ecológicas e sociais na Amazônia brasileira compreendo que ao nível internacional as cooperações não visam somente o desenvolvimento sustentável e o benefício da população nativa, mas também, o investimento dos seus grandes capitais. Isto não é um caso generalizado, pois existem as exceções em que instituições ou empresas internacionais se dedicam a um trabalho sério em defesa da biodiversidade da Amazônia, de seu rico potencial natural e que lutam por direitos e dignidade de sua gente.

Nessa questão de cooperação internacional para a Amazônia brasileira, pude verificar como uma grande alavanca a participação do Banco Mundial, não mais só como um protetor do meio ambiente, como diz Becker (2004), mas como um grande orientador de uma nova ordem para a mercantilização dos recursos naturais da região.

Através da formulação de uma nova agenda, busca-se conhecer a economia política regional para a conservação do meio ambiente e, nesse contexto, reduzir a pobreza, além de procurar criar condições para o desenvolvimento econômico, político

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

e social para o desenvolvimento sustentável regional e o planejamento do uso do solo e a conservação ambiental com o manejo sustentável e orientado dos recursos naturais e da biodiversidade. Espera-se que, de fato, esta preocupação e medidas realmente se efetivem, não ficando apenas no discurso de um mundo globalizado, tão distante e tão indiferente aos reais problemas que afetam a Amazônia.

Esta reordenação de responsabilidades para com a questão ambiental e social, não só para a Amazônia, mas como uma ação total, tem sido uma preocupação de todos os segmentos da sociedade global. Há um despertar das consciências, um querer geral para a promoção do planeta e do homem no mundo e de sua qualidade de vida. Imprime-se aqui o papel da solidariedade, da liberdade de debate e da justiça social.

No entanto, enquanto não se efetivam essas medidas para implementação de políticas públicas e que, em sua grande parte, ainda se encontram nas vias do discurso, é de fundamental importância a cooperação internacional assim como também das organizações da sociedade civil. Aqui é bom lembrar a relevante ação das ONGs, que atuam com seriedade e responsabilidade, cumprem o papel de proteger, orientar e lutar contra a desigualdade social, contra exclusão das populações nativas e rurais que exigem políticas públicas consistentes e eficazes e que reparem os males causados neste solo brasileiro.

Na questão ecológica, a luta é de todos, mas o dever é do Estado em proteger o nosso tão rico e único patrimônio contra a cobiça dos estrangeiros, da ação dos biopiratas, das ações inescrupulosas dos criminosos no uso do solo, das águas e das florestas.

Diga-se de passagem, que diante dos pontos de degradação ambiental constatados, como as enormes áreas devastadas para a criação de pastos e comercialização ilegal de madeiras nobres que a mídia tem denunciado recentemente, observa-se o grande impacto que estes causam no meio-ambiente e a população local, pondo em risco a vida da humanidade. Os impactos da crise ambiental global sobre a economia brasileira e a vida de cada um de nós denunciam o fator econômico e o enriquecimento das grandes potências mundiais como causas mais diretas e imediatas para o empobrecimento da natureza e de milhares de pessoas que vivem na Amazônia Legal. Nota-se que o fator econômico é o que deveria garantir o equilíbrio da sociedade, mas levou ao empobrecimento das populações nativas o que se acentuou cada vez mais. Constata-se, assim, que a ganância pelo fator econômico e pelo poder foi o grande causador da crise ambiental no âmbito das Relações Internacionais. O

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

projeto PPTAL e os novos movimentos e atores sociais, portanto, se enquadram em uma nova lógica visando desconstruir essas relações de assimetria e gerar o empoderamento de populações até então excluídas e produzir o manejo sustentável de suas terras e recursos.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

Referências Bibliográficas

BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, Bertha K. e MIRANDA, Mariana. *A geopolítica do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CERVO, A.L. *Socializando o Desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil*. RBPI nº 37(1): 37-63 1994.

FERNANDES, Cláudio Tadeu C. *Desenvolvimento sustentável: afinal de contas o que vem a ser isto*. In Universitas de Geografia. Brasília: Revista da Faculdade de Ciências da Educação do Centro Universitário de Brasília. 2004, p. 89.

FUNAI/PPTAL. *Relatório Semi-anual* N° 1. Brasília: FUNAI, 1996.

FUNAI/PPTAL. *Relatório Semestral*. Brasília: FUNAI, 1996.

FUNAI/PPTAL. Revisão do Componente II "*Vigilância das Terras Indígenas*". Brasília: FUNAI, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais* – Paradigmas Clásicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GONZALEZ, G..*Limites e Possibilidades de Cooperação Bilateral*. 1997.

GUIMARÃES, André. *Oportunidades de negócios na Amazônia: alternativas sustentáveis*. In: VERÍSSIMO, Aldalberto et al. (orgs.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. Belém, 2001, p. 348-351.

JERVIS, R. *Realism, Neoliberlism, and Cooperation: Understanding the Debate.* Harvard College and the Massachusetts Institute of Technology. In: International Security, Vol. 24, No. 1, 1999, pp. 42-63.

KEOHANE, R.O. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. United States: Princeton University Press, 1984.

LAFER, Celso. *A ONU e os Direitos Humanos. Revista Estudos Avançados*. 9 (25): 169-85, 1995.

MARCOVITH, Jacques.*Cooperação Internacional: estratégia e gestão***.** São Paulo:Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

MENDES, Artur Nobre. *Introdução e demarcação das terras indígenas no âmbito do PPTAL*. In: KASBURG, Carola & GRAMKOW, Márcia Maria. *Demarcando Terras indígenas. Experiências e Desafios de um projeto de parceria*. Brasília: FUNAI, 1998.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). *Acordo SUDAM/PNUD. Exclusão social na Amazônia Legal***.** Belém: SUDAM, 1996.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). *Acordo SUDAM/PNUD. Cenários sociais para a Amazônia Legal* – 2000/20010. Belém: SUDAM, 2001.

MRE/ABC. *Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica Internacional multilateral e bilateral*. 2ª ed. – Brasília, 2004.

MRE/ABC. *Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT). Manual de Orientação* - 2ª ed. Brasília, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *As Demarcações Participativas e o Fortalecimento das Organizações Indígenas*. Relatório PPTAL. Brasília, FUNAI, 1999.

POPPIUS, Carlos Erick. *Avaliação de meio termo* – PPTAL (Nível Gerencial). 1998/1999.

VIOTTI, Paul and KAUPPI, Mark. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond* (3rd Edition).1993.

SCHRODER, Peter. *Levantamento Etnoecológico do Complexo Médio Purus II. Resumo. Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal. 2002.*

VIERGEVER, Marcel. *Estudo Final de Avaliação do PPTAL***.** 2005

WARREN, Ilse Scherer. *ONGS na América Latina: trajetória e perfil*. In:VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1998.

Sítios Eletrônicos

Alemanha investe em projetos ambientais no Brasil (Texto) Disponível em http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1702203,00.html (Acesso em 20.05.2007)

Agenda 21 brasileira, Texto Agenda 21 - Apresentação. Disponível em http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/agenda21/apresent/index.htm. (Acesso em 10.10.2007)

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

FBDS - Um diferencial na abordagem do desenvolvimento sustentável. Disponível em http://www.fbds.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=1. (Acesso em 23.08.07)

<http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=18&id_conteudo=908>. (Acesso em 13/09/2007)

<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/agenda21/apresent/index.htm>. Acesso em 13/09/2007.

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com

ANEXO

PDF created with pdfFactory Pro trial version www.pdffactory.com